

Universidades Lusíada

Paulos, André da Silva

As imunidades dos Chefes de Estado, as obrigações dos Estados perante o TPI e a realpolitik: uma análise à luz do caso de Vladimir Putin

<http://hdl.handle.net/11067/8393>

<https://doi.org/10.34628/25MV-J139>

Metadados

Data de Publicação

2026

Resumo

O presente estudo surge como consequência da deslocação de Vladimir Putin à Mongólia, em setembro de 2024, visto que o mesmo levantou, em nossa opinião, uma grande questão: se o Direito Internacional Criminal consegue fazer face às exigências de Realpolitik. Etendemos ser necessário começar tal estudo pela análise da instituição aqui em questão, o tpi, salientando os seus antecedentes históricos, características, orgânica e, porventura mais importante, os crimes que são da sua competência. Segui...

This study arises as a consequence of Vladimir Putin's visit to Mongolia in September 2024, as he raised, in our opinion, an important question: whether international criminal law can meet the demands of Realpolitik. We believe it is necessary to begin this study by analyzing the institution in question, the ICC, highlighting its historical background, characteristics, structure and, perhaps most importantly, the crimes that fall within its jurisdiction. This will be followed by an analysis of th...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Direito internacional, Tribunal Penal Internacional, Chefes de Estado - Estatuto legal, leis, etc., Privilégios e imunidades, Imunidades dos Estados estrangeiros, Putin, Vladimir, 1952- - Crítica e interpretação

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FD] LD, s. 2, n. 35 (2026)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T01:05:00Z com informação proveniente do Repositório

ANDRÉ DA SILVA PAULOS

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, ECONÓMICOS, INTERNACIONAIS E AMBIENTAIS (CEJEIA), UNIVERSIDADE LUSÍADA

 andre.paulos001@gmail.com 0000-0002-3934-4164

Submetido em 16/01/2026 • Aprovado em 25/03/2026 • Publicado em 14/04/2026

**AS IMUNIDADES DOS CHEFES DE ESTADO, AS OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS
PERANTE O TPI E A REALPOLITIK. UMA ANÁLISE À LUZ DO CASO DE VLADIMIR PUTIN****THE IMMUNITIES OF HEADS OF STATE, THE OBLIGATIONS OF STATES BEFORE THE ICC
AND REALPOLITIK. AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE CASE OF VLADIMIR PUTIN**

Resumo: O presente estudo surge como consequência da deslocação de Vladimir Putin à Mongólia, em setembro de 2024, visto que o mesmo levantou, em nossa opinião, uma grande questão: se o Direito Internacional Criminal consegue fazer face às exigências de Realpolitik. Entendemos ser necessário começar tal estudo pela análise da instituição aqui em questão, o TPI, salientando os seus antecedentes históricos, características, orgânica e, porventura mais importante, os crimes que são da sua competência. Seguir-se-á uma análise do instituto apontado muitas vezes como sendo o maior obstáculo à jurisdição do TPI: as imunidades dos Chefes de Estado, tudo para analisar se, em primeiro lugar, existe ou não incumprimento de obrigações assumidas pela Mongólia. Analisada esta realidade é tempo de discorrer sobre outro dos conceitos fundamentais para este estudo, a Realpolitik. Feito este excursus, será então tempo de aprofundar o estudo do caso de Vladimir Putin, nomeadamente refletindo sobre as suas semelhanças com o processo de Omar Al Bashir, e das conclusões que podemos retirar das deslocações de Putin sobre a pendência do mandado de detenção, nomeadamente para responder à questão aqui enunciada. Cumpre também dedicar um capítulo deste estudo às consequências que podem advir para a Mongólia do facto de ter incumplido com as suas obrigações no âmbito do ERTPI. Feita esta reflexão, será tempo de enveredar pelos resultados do Processo de Vladimir Putin, pois entendemos que, apesar de tudo, é possível retirar aspetos positivos. Empreendido todo este trabalho, será tempo de terminar, formulando as reflexões finais sobre toda esta análise.

Palavras-chave: Justiça internacional | Tribunal Penal Internacional | Realpolitik | Imunidades dos chefes de Estado.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional



Texto submetido à plataforma de deteção de similaridade e plágio Turnitin.

Os textos que constituem esta obra seguem, por decisão do respetivo autor, a antiga ou a atual grafia.

O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade do seu autor e não vincula a Fundação Minerva | Universidade Lusíada.

Abstract: This study arises as a consequence of Vladimir Putin's visit to Mongolia in September 2024, as he raised, in our opinion, an important question: whether international criminal law can meet the demands of Realpolitik. We believe it is necessary to begin this study by analyzing the institution in question, the ICC, highlighting its historical background, characteristics, structure and, perhaps most importantly, the crimes that fall within its jurisdiction. This will be followed by an analysis of the institution often cited as the greatest obstacle to the ICC's jurisdiction: the immunities of Heads of State, in order to analyze, first of all, whether or not there has been a breach of the obligations assumed by Mongolia. Having analyzed this reality, it is time to discuss another of the fundamental concepts for this study, Realpolitik. Having made this digression, it is now time to delve deeper into the case of Vladimir Putin, specifically reflecting on its similarities with the case of Omar Al Bashir, and the conclusions we can draw from Putin's movements regarding the pending arrest warrant, specifically to answer the question posed here. It is also worth dedicating a chapter of this study to the consequences that may arise for Mongolia from its failure to comply with its obligations under the ERTPI. Having made this reflection, it is time to turn to the results of Vladimir Putin's case, as we believe that, despite everything, it is possible to draw some positive conclusions. Once all this work has been done, it will be time to conclude with some final reflections on this entire analysis.

Keywords: International Justice | International Criminal Court | Realpolitik | Immunities of Heads of State.

ANDRÉ DA SILVA PAULOS

**AS IMUNIDADES DOS CHEFES DE ESTADO, AS OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS
PERANTE O TPI E A REALPOLITIK. UMA ANÁLISE Á LUZ DO CASO DE VLADIMIR PUTIN****THE IMMUNITIES OF HEADS OF STATE, THE OBLIGATIONS OF STATES BEFORE THE ICC AND-
REALPOLITIK. AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE CASE OF VLADIMIR PUTIN** 10.34628/25MV-J139**Sumário:**

1. Introdução. 2. O TPI. Antecedentes, características, orgânica e competência criminal 3. As imunidades dos Chefes de Estado. 3.1. Tipos de imunidades dos Chefes de Estado. 3.1.1. Imunidades *ratione personae*. 3.1.2. Imunidades *ratione materiae*. 3.2. Imunidades de jurisdição do Estado. 3.3. As imunidades dos Chefes de Estado e o TPI. **4. A Realpolitik: conceito. 5. O Caso Vladimir Putin.** 5.1. O Caso de Omar Al Bashir. 5.2. Deslocações de Vladimir Putin já sob a pendência do mandado de detenção. 5.2.1. Deslocação à África do Sul. 5.2.2. Deslocação à Mongólia. 5.2.3. Deslocação ao Brasil. 5.2.4. Conclusões. **6. Consequências para a Mongólia. 7. Consequência do Caso Vladimir Putin e possíveis soluções.** 7.1. A força do TPI. 7.2. A fraqueza do TPI. 7.3. Possível futuro do Caso Vladimir Putin. **8. Conclusões. 9. Referências.**

Summary:

1. Introduction. 2. The ICC. Background, characteristics, structure and criminal jurisdiction. 3. Immunities of Heads of State. 3.1. Types of immunities of Heads of State. 3.1.1. Immunities *ratione personae*. 3.1.2. Immunities *ratione materiae*. 3.2. State immunities from jurisdiction – brief reference. 3.3. Immunities of Heads of State and the ICC. **4. Realpolitik: definition. 5. The Vladimir Putin case.** 5.1. The case of Omar Al Bashir. 5.2. Vladimir Putin's travels while the arrest warrant was pending. 5.2.1. Trip to South Africa. 5.2.2. Trip to Mongolia. 5.2.3. Trip to Brazil. 5.2.4. Conclusions. **6. Consequences for Mongolia. 7. Results of the Vladimir Putin Case and possible solutions.** 7.1. Exposure of the ICC's strength. 7.2. Exposure of the ICC's weaknesses. 7.3. The possible future of the Vladimir Putin Case. **8. Conclusions. 9. References.**

1. Introdução

No dia 24 de fevereiro de 2022, cerca de 190.000 tropas russas invadiram a Ucrânia, dando assim início à fase mais recente de um conflito que se arrasta desde 2014, e que é, segundo várias estatísticas, o conflito mais mortífero no continente Europeu desde a Segunda Guerra Mundial¹.

¹ Segundo dados do Pentágono, à data de 9 de outubro de 2024 a Rússia havia sofrido cerca de 600.000 baixas. ROBERTSON, Noah - *Russia casualties reach 600,000 during war in Ukraine*, Pentagon says. In *Defence News*. (9 de outubro de 2024). Do lado ucraniano, as estimativas apontam para um total de mortes entre 460.000 e 500.000. Vide FORNUSEK, Martin - *The Economist estimates 60,000-100,000 Ukrainian soldiers killed in full-scale war*. In *The Kyiv Independent*. (27 de novembro de 2024).

Este conflito carregou novamente para a atualidade uma instituição recente no paradigma internacional e que, segundo alguns autores, sofria de uma “crise de legitimidade”²: o TPI. Isto porque, em 17 de março de 2023, como consequência dos atos perpetrados na sequência da invasão russa, o TPI emitiu dois mandados de captura internacionais, um contra Vladimir Putin e outro contra a Comissária russa dos Direitos das Crianças, Maria Alekseyevna Lvova-Belova, os primeiros mandados que seriam emitidos, em consequência do conflito referido, contra cidadãos russos³⁻⁴.

De forma paradoxal, afigura-se ser possível argumentar que esta aparente posição de força por parte do TPI pode ter contribuído, em última instância, para o agravar da sua crise, dado que em setembro de 2024, Vladimir Putin deslocou-se a um Estado-parte do ERTPI, a Mongólia, dando azo ao debate sobre se este Estado tinha ou não obrigação de o deter e extraditar para o TPI, questão a que dedicaremos uma parte considerável do presente estudo. No entanto, o que é certo é que não aconteceu qualquer detenção, tendo vindo um porta-voz do Governo da Mongólia “justificar” as ações tomadas pelo seu Estado com base na dependência do mesmo em relação à Rússia⁵.

Tal atitude, que é, salvo melhor opinião, o ato mais importante no âmbito de todo o processo que visa Vladimir Putin, originou uma grande onda de contestação⁶. Mais importante, entendemos que levantou uma importante questão: a cedência das obrigações assumidas internacionalmente em função de exigências de *Realpolitik* ou de “Realismo Político”. É a esta questão que o presente estudo visa responder, bem como, tentar antecipar qual será o desfecho do “Caso Putin”. A final, iremos tecer algumas reflexões sobre todo o processo.

² Em 2017, Marieke de Hoon escrevia que “a perda de legitimidade do Tribunal [TPI] é preocupante”. DE HOON, Marieke -*The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC's Legitimacy*, in *International Criminal Law Review*, n.º 17, 2017, p. 594.

³ Em 5 de março de 2024, a PTC do TPI emitiu mandados de captura contra Sergei Ivanovich Kobylash, um tenente-general russo que comandou a aviação de longo alcance das Forças Aeroespaciais russas e Viktor Nikolayevich Sokolov, um Almirante na marinha russa. INTERNATIONAL CRIMINAL COURT- Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Ivanovich Kobylash and Viktor Nikolayevich Sokolov. (3 de março de 2024).

⁴ Em 25 de junho de 2024, a PTC do TPI emitiu mandados de detenção contra Sergey Shoigu (ex- ministro da defesa russo) e Valery Gerasimov (Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Russas). INTERNATIONAL CRIMINAL COURT- Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Kuzhugetovich Shoigu and Valery Vasilyevich Gerasimov. (25 de junho de 2024).

⁵ JOCHECOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 de setembro de 2024).

⁶ Tema que será desenvolvido *infra*.

2. O TPI. Antecedentes, características, orgânica e competência criminal

a) Desde tempos imemoriais existe a tentação dos vencedores de punir os Chefes de Estado derrotados pelo seu papel nos conflitos internacionais.

A primeira proposta de criação de um Tribunal Internacional Criminal permanente data de 1919, quando, na conferência de paz de Paris, foi proposta a criação de um Tribunal internacional para julgar líderes políticos acusados dos crimes internacionais cometidos durante a Grande Guerra, sendo que a intenção de julgar aquele que viria a ser considerado o principal culpado pelo conflito, o *Kaiser* (Imperador Alemão) Guilherme II⁷ constava expressamente do artigo 227.º do Tratado de Versailles⁸.

Enquanto antecedentes históricos para o TPI, cumpre também convocar os dois tribunais constituídos após a Segunda Guerra Mundial, o de Nuremberga para julgar os líderes nazis e o Tribunal Internacional do Oriente, com sede em Tóquio, para levar a julgamento os líderes japoneses.

O TPI aparece no final do século XX, numa altura de revolução da justiça internacional criminal, que descolou definitivamente com um passado de impunidade que até então se verificava; tendo, em breves anos, sido criados dois Tribunais Penais Internacionais *ad hoc*⁹ e, por fim, um Tribunal Penal Internacional permanente¹⁰: o TPI. Todas estas instituições apareceram com base na premissa de que o mundo deveria ser compreendido como um cosmos, uma unidade inata a toda a humanidade, sobre a qual deveria existir uma autoridade judicial global com competência para perseguir e punir o que era universalmente considerado como sendo errado¹¹, algo que parece desde logo ser confirmado pelo disposto no artigo 1.º do ERTPI¹².

⁷ Inclusivamente, o então primeiro-ministro do Reino Unido, David Lloyd George, apresentou-se às eleições legislativas de 1918 sob o slogan “Hang the Kaiser”.

⁸ Norma essa que dispunha que “The Allied and Associated Powers publicly arraign William II of Hohenzollern, formerly German Emperor, for a supreme offence against international morality and the sanctity of treaties. A special tribunal will be constituted to try the accused, thereby assuring him the guarantees essential to the right of defence. It will be composed of five judges, one appointed by each of the following Powers: namely, the United States of America, Great Britain, France, Italy and Japan. In its decision the tribunal will be guided by the highest motives of international policy, with a view to vindicating the solemn obligations of international undertakings and the validity of international morality. It will be its duty to fix the punishment which it considers should be imposed. The Allied and Associated Powers will address a request to the Government of the Netherlands for the surrender to them of the ex-Emperor in order that he may be put on trial”. O Imperador Guilherme II não chegou a ser julgado, pois a Rainha Guilhermina dos Países Baixos recusou-se a proceder à extradição.

⁹ Para o Ruanda e para a Jugoslávia.

¹⁰ HOON, Marieke de- The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC’s Legitimacy, in *International Criminal Law Review*, n.º 17 (2017), p. 592

¹¹ HOON, Marieke de- The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC’s Legitimacy, in *International Criminal Law Review*, n.º 17 (2017), p. 592

¹² Onde se escreve que “O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as

b) O TPI apresenta duas características especialmente relevantes para o propósito deste estudo: a sua complementaridade e a sua natureza contratual.

Quanto à primeira, resulta claramente do artigo 1.º do ERTPI, que o mesmo será complementar das jurisdições nacionais. Esta norma é depois completada pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do ERTPI, de onde resulta que um processo apenas será da competência do TPI se o Estado que tem jurisdição sobre o mesmo “não tiver vontade de levar a cabo o inquérito ou o procedimento ou não tenha capacidade efetiva para o fazer”.

Já quanto à sua natureza contratual, esta é uma diferença entre o TPI e os Tribunais Penais anteriormente estabelecidos. O TPI foi estabelecido pelo ERTPI “como um tratado de natureza eminentemente contratual. (...) todos os Estados que voluntariamente optaram por ratificar o ERTPI concordaram com os termos nele elencados, sujeitando-se ao conjunto de direitos e deveres ali estabelecidos”¹³ (sendo, o inverso, também verdade¹⁴).

c) O TPI é composto por 4 órgãos: i) a Presidência; ii) as Divisões judiciais; iii) o Gabinete do Procurador; iv) a Secretaria.

As divisões judiciais comportam três subdivisões, a saber: i) a divisão de julgamentos; ii) a divisão de recursos e; iii) os juízos de instrução criminal¹⁵. São estes últimos que se afiguram como particularmente importantes para este estudo: posuem, nos termos do ERTPI, a competência para, a pedido do Procurador, emitirem os mandados de detenção [alínea a) do n.º 3 do artigo 57.º e n.º 1 do artigo 58.º do ERTPI].

Estes mandados de detenção têm as consequências previstas nos artigos 86.º e seguintes do ERTPI, o que inclui a entrega de pessoas ao TPI, conforme previsto no artigo 89.º desse diploma.

d) A jurisdição do TPI comporta apenas 4 crimes, que aparecem consagrados nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 8.º bis do ERTPI, a saber: i) Genocídio; ii) Crimes contra a Humanidade; iii) Crimes de Guerra e; iv) Agressão¹⁶. Em relação a qualquer um destes crimes, o TPI apenas tem competência para perseguir atos que tenham sido praticados após a entrada em vigor do ERTPI¹⁷.

pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será complementar das jurisdições penais nacionais”.

¹³ CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart e SCHRAMM, Fernanda Santos- O alcance da jurisdição do Tribunal Penal Internacional em face das imunidades dos chefes de estado: uma abordagem à luz do caso Sudão, in Revista Eletrônica Direito e Política, V.10, n.º 3, 2º quadrimestre de 2015, p. 1535.

¹⁴ Isto é, o ERTPI não cria obrigações para os Estados que não o ratificaram. Nem poderia ser de outro modo, tendo em conta o artigo 34.º da CVDT.

¹⁵ Ou, em inglês, Pre-Trial Chamber (PTC)

¹⁶ Sendo que este crime não estava inicialmente previsto no ERTPI, tendo sido aditado como consequência da Resolução RC/Res. 6 de 11 de junho de 2010.

¹⁷ Isto nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do ERTPI.

Quanto ao modo como o TPI exerce a sua jurisdição, são concebíveis três alternativas: i) Denúncia por um Estado Parte ao Procurador¹⁸; ii) Denúncia pelo CSONU, agindo nos termos no Capítulo VII da Carta da ONU¹⁹ e ; iii) Iniciativa própria do Procurador²⁰.

No atinente à jurisdição do TPI é incontornável o artigo 27.º do ERTPI²¹, subordinado à epígrafe “irrelevância da qualidade oficial”. Este artigo tem grandes repercussões ao nível de um dos mais clássicos institutos de Direito Internacional Público: as imunidades dos Chefes de Estado, que serão analisadas *infra*.

3. As imunidades dos Chefes de Estado

As imunidades dos Chefes de Estado são uma realidade extremamente antiga, sendo apontadas por alguns autores como sendo o principal obstáculo a uma ordem jurídica penal internacional²²⁻²³.

A verdade é que esta realidade não se encontra positivada em nenhuma norma²⁴, apenas é possível retirar referências à mesma de alguns instrumentos jurídicos. Assim é porque, pura e simplesmente, até hoje, “o estatuto jurídico do Chefe de Estado não foi (...) objeto de convenção multilateral ou de qualquer tentativa de codificação”²⁵. Aliás, quando os Estados-parte da ONU elaboraram uma convenção precisamente sobre esta temática, a Convenção das Nações Unidas sobre

¹⁸ Prevista na alínea a) do artigo 13.º e artigo 14.º, ambos do ERTPI.

¹⁹ Prevista na alínea b) do artigo 13.º do ERTPI

²⁰ Prevista na alínea c) do artigo 13.º e no artigo 15.º do ERTPI.

²¹ Redação completa: “O presente Estatuto será aplicável de forma igual a todas as pessoas, sem distinção alguma baseada na qualidade oficial. Em particular, a qualidade oficial de Chefe de Estado ou de Governo, de membro de Governo ou do Parlamento, de representante eleito ou de funcionário público em caso algum eximirá a pessoa em causa de responsabilidade criminal, nos termos do presente Estatuto, nem constituirá de per si motivo de redução da pena.”

²² Basta ver, de forma categórica, que existem autores que apontam este instituto como sendo o maior obstáculo à atuação do TPI. Vide, desde logo, o título de um artigo escrito por Yash Singh: SINGHI, Yash- Head of State Immunity: The ICC’s biggest impediment, in *Indian Journal of International Law*, Volume 59, 2021, p. 391 a 410.

²³ Neste sentido, CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese’s International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 318, onde se escreve “One of the possible obstacles to prosecution for international crimes may be constituted by rules intended to protect the person accused by granting him immunity from prosecution”.

²⁴ Ao contrário do que acontece por exemplo, com a proteção conferida a agentes diplomáticos está positivada na CVSRD. Logo no preâmbulo desse diploma escreve-se que “a finalidade de tais privilégios e imunidades não é beneficiar indivíduos, mas sim a de garantir o eficaz desempenho, das funções das missões diplomáticas, em seu carácter de representantes dos Estados”. Ademais, a referida proteção é depois desenvolvida no artigo 31.º desse diploma, que consagra, nomeadamente, as exceções às referidas imunidades. Contudo, este diploma refere-se apenas aos “agentes diplomáticos”, não aos Chefes de Estado.

²⁵ MARTINS, Margarida Salema D’Oliveira- *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 110.

as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos Seus Bens²⁶, incluíram na mesma uma norma (o n.º 2 do seu artigo 3.º) que excluí do âmbito de aplicação da mesma as imunidades conferidas *ratione personae* ao Chefe de Estado²⁷. Não obstante, é possível, de diversos textos de Direito Internacional, retirar algumas menções à imunidade do Chefe de Estado. Desde logo, da alínea a) do n.º 1 da Convenção sobre Prevenção e Repressão de Infrações contra Pessoas Gozando de Proteção Internacional, incluindo os Agentes Diplomáticos, decorre que o Chefe de Estado goza de proteção internacional²⁸.

A imunidade do Chefe de Estado é, para além disso, sustentada em argumentos lógicos: o Chefe de Estado é um órgão do Estado²⁹. Conforme foi considerado pelo Institut de Droit International, na resolução que resultou da sua sessão de Vancouver em 2001³⁰:

that special treatment is to be given to a Head of State or a Head of Government, as a representative of that State and not in his or her personal interest, because this is necessary for the exercise of his or her functions and the fulfilment of his or her responsibilities in an independent and effective manner, in the well-conceived interest of both the State or the Government of which he or she is the Head and the international community as a whole.

Mas, mesmo na referida resolução foi expressamente excepcionado, na alínea b) do n.º 1 e no n.º 3 do seu artigo 11.º que o sobredito não significa que o Chefe de Estado goze de imunidade perante o TPI.

Contudo, a grande fonte da imunidade dos Chefes de Estado, tal como é expressamente referido nas normas internacionais que perfunctoriamente a abordam, é o costume³¹, o que implica sempre incertezas³².

²⁶ Também apelidada de Convenção de Nova Iorque de 2005.

²⁷ No mesmo sentido, MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 110.

²⁸ Dado que resulta dessa mesma norma que «A expressão “pessoa gozando de protecção internacional” entende-se por (...) Qualquer Chefe de Estado, incluindo os membros de um órgão colegial exercendo, em virtude da Constituição do Estado considerado, as funções de Chefe de Estado». No entanto, não se diz qual é a proteção de que goza o Chefe de Estado.

²⁹ Por exemplo, o chefe de estado português, nos termos do artigo 120.º da CRP “representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas”.

³⁰ INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL- Immunities from Jurisdiction and Execution of Heads of State and of Government in International Law , p.1.

³¹ KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 30.

³² No mesmo sentido, MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 110.

3.1. Tipos de imunidades dos Chefes de Estado

Tanto a doutrina como a jurisprudência dos Tribunais Internacionais são unânimes em reconhecer que existem dois tipos de imunidade: as imunidades *ratione personae* e as imunidades *ratione materiae*.

Cumpra ainda notar que estas imunidades não se confundem com as imunidades de jurisdição, que serão analisadas *infra*.

3.1.1. Imunidades *ratione personae*

Estas imunidades derivam da posição oficial de uma pessoa no Governo de um Estado e das funções que, por isso, lhe são atribuídas³³, razão pela qual apenas beneficiam das mesmas os mais altos cargos do Estado³⁴. Servem para tornar as referidas pessoas invioláveis, de forma que possam cumprir as suas funções livres de qualquer impedimento³⁵.

São as formas de imunidades mais antigas, surgindo porque se considerava que o Chefe de Estado estava investido com funções de soberania e que era a própria personificação do Estado³⁶. Com o passar do tempo, a imunidade do Estado e a imunidade do Chefe de Estado passaram a ser separadas, mas a imunidade *ratione personae* do Chefe de Estado é, ainda hoje, geralmente reconhecida³⁷.

A estas imunidades é possível apontar as seguintes características: i) relacionam-se com a lei processual³⁸, tornando o seu beneficiário imune de qualquer procedimento cível ou criminal; ii) abrangem atos oficiais ou particulares praticados pelo agente estadual enquanto ocupa o cargo que lhe concede a imunidade, bem como atos privados ou oficiais que tiveram lugar antes da tomada de posse; iii) servem apenas para proteger algumas categorias de oficiais estaduais; iv) terminam quando o agente estadual cessa funções no cargo que lhe concedia essa imunidade³⁹; v) po-

³³ KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 78.

³⁴ CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 318.

³⁵ CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 318. No mesmo sentido, MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 112.

³⁶ KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 78.

³⁷ KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 78.

³⁸ Em termos gerais, com a lei processual do Estado onde o beneficiário dessa imunidade se desloca.

³⁹ Salientando esta característica, PINHEIRO, Fábio Abel de Oliveira- *Core International Crimes e as Imunidades de Direito Internacional*, Dissertação de Mestrado em Direito, na Área de Especialização em Ciências Jurídico- Criminais, sob orientação do Professor Doutor António Pedro Nunes Caeiro, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014, p. 53, e no mesmo sentido KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from

dem não atuar *erga omnes*⁴⁰.

Esta realidade foi brilhantemente resumida pelo Lord Browne-Wilkinson, na decisão da *House of Lords* atinente ao caso Pinochet, em 24 de março de 1999⁴¹:

*It is a basic principle of international law that one sovereign state (the forum state) does not adjudicate on the conduct of a foreign state. The foreign state is entitled to procedural immunity from the processes of the forum state. This immunity extends to both criminal and civil liability. State immunity probably grew from the historical immunity of the person of the monarch. In any event, such personal immunity of the head of state persists to the present day: the head of state is entitled to the same immunity as the state itself. The diplomatic representative of the foreign state in the forum state is also afforded the same immunity in recognition of the dignity of the state which he represents. This immunity enjoyed by a head of state in power and an ambassador in post is a complete immunity attaching to the person of the head of state or ambassador and rendering him immune from all actions or prosecutions whether or not they relate to matters done for the benefit of the state. Such immunity is said to be granted *ratione personae*.*

Relativamente a Vladimir Putin, o mesmo é um Chefe de Estado pelo que é seguro concluir que beneficia destas imunidades.

3.1.2. Imunidades *ratione materiae*

Estas imunidades, também classificadas como imunidades funcionais, estão relacionadas com a conduta de um oficial estadual agindo no cumprimento das suas funções, visando proteger a natureza oficial do ato praticado⁴².

Às imunidades *ratione materiae* são apontadas as seguintes características: i) são relacionadas com o Direito substantivo, são uma defesa substantiva, em caso de violação de uma lei nacional ou internacional a violação é imputável não ao funcionário de um Estado mas sim ao próprio Estado que o mesmo representa; ii) abrangem atos oficiais de qualquer funcionário estadual *de jure* ou *de facto*; iii) não terminam com o final do exercício do cargo que as confere, pois o ato não é atribuído à pessoa que o pratica mas sim ao Estado por si representado; iv) atuam

Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 79

⁴⁰ Salientando estas cinco características das imunidades *ratione personae*, CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 319.

⁴¹ *Regina (the Crown) v. Bartle and the Commissioner of Police for the Metropolis and Others ex parte Pinochet*, House of Lords, Great Britain (UK), Judgement, 24 march 1999.

⁴² CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 318.

erga omnes, podendo ser invocadas em relação a qualquer Estado⁴³.

Ou seja, salientando as características mais relevantes para estes estudo se, se um oficial estadual, como um Chefe de Estado, cometer um ato que viole a ordem jurídica internacional, esse ato é legalmente imputável ao Estado por si representado, razão pela qual apenas o Estado poderá ser responsabilizado pelo mesmo⁴⁴. Como tal, estas imunidades não têm uma dimensão pessoal⁴⁵.

A distinção entre estes dois tipos de imunidade não tem grande importância quando se discutem as imunidades de altos oficiais estaduais, como o Chefe de Estado, pela simples razão de que a imunidade *ratione personae* dessas pessoas já abrange a imunidade *ratione materiae*⁴⁶.

3.2. Imunidades de jurisdição do Estado

Uma realidade que justifica uma breve referência são as imunidades de jurisdição do Estado.

Estas imunidades, têm a sua base na expressão latina *par in parem non habet imperium*⁴⁷, atualmente de algum modo afluída no n.º 1 do artigo 2.º da Carta da ONU⁴⁸, sendo geralmente aceites como um princípio de direito internacional consuetudinário⁴⁹. Elas traduzem a conclusão de que, devido à independência e à soberania que é reconhecida a todos os Estados, nenhum Estado tem poder sobre outro⁵⁰ e, como tal, não pode demandar outros Estados no seus Tribunais domésticos⁵¹⁻⁵².

⁴³ Apontando estas características a estas imunidades, CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 318 e 319.

⁴⁴ CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 318 e 319.

⁴⁵ KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 80 e YAMAN, Dilara Karmen- Heads of States Before de ICC: On the Arrest Warrant against Putin and Its Consequences, *Völkerrechtsblog*, 05.04.2023.

⁴⁶ KOLODKIN, Roman Anatolevich- Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, parágrafo 82.

⁴⁷ Brocado latino que, traduzida literalmente, resulta na expressão “um igual não tem poder sobre um igual”.

⁴⁸ De onde resulta que um dos princípios da ONU é a “ igualdade soberana de todos os seus membros”.

⁴⁹ Neste sentido, *vide*, por todos, MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao Processo 137/06.TVLSB.L1-7, in *Anuário Português de Direito Internacional* 2011, 2012, p. 110.

⁵⁰ Num sentido próximo, AKANDE, Dapo- International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 433.

⁵¹ YAMAN, Dilara Karmen- Heads of States Before de ICC: On the Arrest Warrant against Putin and Its Consequences, *Völkerrechtsblog*, 05.04.2023.

⁵² Não iremos nesta sede, por tal extravasar largamente o âmbito do presente estudo, tomar parte na discussão sobre se estas imunidades são absolutas ou relativas, consoante o ato praticado seja de *jure imperii* ou *jure gestionis*. Para tal, *vide* MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao Processo 137/06.TVLSB.L1-7, in *Anuário*

Estas imunidades de que o Estado goza visam desempenhar, no fundo, três funções: a) constituir um mecanismo capaz de assegurar o respeito pelo dever de não ingerência nas relações entre Estados soberanos; b) permitir distinguir entre os atos públicos e privados de um Estado soberano; c) facilitar a definição da jurisdição competente para resolver casos que envolvam as atividades de um Estado soberano⁵³.

Contudo, entre estas imunidades e as imunidades do Chefe de Estado, existe desde logo uma crucial diferença; o beneficiário das mesmas: o próprio Estado ou o indivíduo que ocupa um certo cargo da estrutura estadual. Destarte, para o caso de Vladimir Putin aqui analisado, estas imunidades afiguram-se como redundantes⁵⁴; quem é atualmente perseguido pelo TPI não é a Federação Russa, mas sim o próprio Vladimir Putin.

3.3. As imunidades dos Chefes de Estado e o TPI

É legítimo questionar se as imunidades pessoais também se aplicam aos crimes internacionais⁵⁵, mesmo quando quem os pratica é um Chefe de Estado. Para responder é necessário refletir sobre duas normas consagradas no ERTPI: o artigo 27.º e o artigo 98.º.

Ora, o artigo 27.º do ERTPI consagra o princípio da irrelevância da qualidade oficial, tendo surgido para tornar explícita a responsabilidade individual por crimes internacionais cometidos em nome ou por conta de um Estado⁵⁶.

Já o artigo 98.º do ERTPI surgiu devido às preocupações manifestadas pelos Estados que participaram nas negociações do ERTPI, atinentes à possibilidade de existência de obrigações internacionais conflitantes, algo que era

Português de Direito Internacional 2011, 2012, p. 113; MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 67 a 69 e, na jurisprudência internacional, Acórdão do TIJ de 3 de fevereiro de 2012, sobre as imunidades internacionais dos Estados (Alemanha c. Itália, Intervenção da Grécia), §57 a §60.

⁵³ Neste sentido, *vide*, por todos, PINHEIRO, Fábio Abel de Oliveira- *Core International Crimes e as Imunidades de Direito Internacional*, Dissertação de Mestrado em Direito, na Área de Especialização em Ciências Jurídico- Criminais, sob orientação do Professor Doutor António Pedro Nunes Caeiro, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014, p. 44.

⁵⁴ No entanto, uma referência às mesmas, mais que não seja para proceder à sua destrinça afigura-se como mais do que justificado.

⁵⁵ Questão colocada pelo referido autor nos seguintes termos: "Personal immunities apply to ordinary crimes. Do they also apply to international crimes?" Vide CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 319.

⁵⁶ TRIFFTERER, Otto e BURCHARD, Christoph; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 1038.

particularmente pertinente no âmbito dos SOFA's⁵⁷⁻⁵⁸.

As imunidades referidas nos pontos anteriores, no entanto, apenas se aplicam perante crimes nacionais, razão pela qual os seus agentes, assim que deixam o cargo que lhes conferiu a imunidade, podem, em abstrato, ser julgados⁵⁹ pelos tribunais internos de um Estado (e, ao contrário, enquanto ocupam o cargo gozam de imunidade). Este entendimento encontra suporte jurisprudencial nos §51 a §57 da chamada decisão *Arrest Warrant* do TIJ, proferida em 14 de fevereiro de 2002.

Contudo, por cinco razões, o sobredito não é válido quando estamos perante Tribunais Internacionais, máxime o TPI: i) analisando a referida decisão, resulta expressamente do parágrafo §61 da mesma que "an incumbent or former Minister for Foreign Affairs may be subject to criminal proceedings before certain international criminal courts, where they have jurisdiction"⁶⁰⁻⁶¹; ii) a razão pela qual certos oficiais gozam de imunidades perante a jurisdição de outros Estados não se verifica quando estamos a jurisdição penal internacional; iii) as regras que visam proteger o funcionamento soberano dos Estados não vinculam os Tribunais criminais internacionais, que não são órgãos estaduais mas sim da comunidade internacional e; iv) o corrente estado do Direito Internacional aponta no sentido do alargamento máximo da proteção dos Direitos Humanos, o que justifica a punição daqueles que praticam atos capazes de colocar esses direitos em causa⁶². Como tal, é seguro concluir que as imunidades não se aplicam aos casos de prática de crime internacional⁶³.

No âmbito do TPI, impõe-se assim a conclusão de que o ERTPI derroga as imunidades dos Chefes de Estados, conferindo assim aos seus Estados Partes o

⁵⁷ Acordos esses que proíbem Estados que têm no seu território forças armadas de outro Estado, de deter tropas e pessoal do Estado cuja presença militar se manifesta. Vide AKANDE, Dapo-International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 426, Autor que fornece, na localização citada, exemplos de diversos SOFAs

⁵⁸ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2143.

⁵⁹ CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 320.

⁶⁰ Vide *Arrest Warrant of 11 April 2000 (Democratic Republic of the Congo v. Belgium)*, Judgment, I.C.J. Reports 2002, Judgment of 14 February 2002 § 61.

⁶¹ Embora esta passagem mencione explicitamente o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, um oficial sénior de qualquer Estado, entendemos que esta jurisprudência é, por maioria de razão, aplicável a cargos ainda mais séniores, como o de Chefe de Estado.

⁶² Com estas quatro conclusões, CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, 3ª Edição, Oxford University press, 2013, p. 320 a 322.

⁶³ Com esta conclusão, CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, third edition, Oxford University press, 2013, p. 322, que escreve que "it seems justified to hold that under international law personal immunities of state officials may not bar international criminal courts from prosecuting and trying persons suspected or accused of having committed international crimes, or at any rate the criminal offences over which the relevant international court or tribunal has jurisdiction."

poder-dever de deter e extraditar para Haia oficiais superiores de outros Estados, incluindo um Chefe de Estado em exercício de funções quando sobre esses oficiais incide um mandado de detenção do TPI⁶⁴.

Nem se oponha o argumento de que, no caso aqui em análise, a Mongólia se poderia escudar no artigo 98.º do ERTPI, pois o mesmo apenas se torna relevante quando um pedido de entrega possa criar um conflito de obrigações internacionais para o Estado requerido⁶⁵, pois aqui é seguro que não existia qualquer conflito: a Mongólia estava obrigada a proceder à detenção de Vladimir Putin e posterior extradição, tal como decidiu a PTC II do TPI na sua decisão de 24 de outubro de 2024⁶⁶.

Alcançada esta conclusão, importa discorrer sobre outro dos pilares deste estudo: a *Realpolitik*.

4. A *Realpolitik*: conceito

A *Realpolitik* é uma ideia que pode ser traçada aos meados do século XIX, tendo emergido da colisão do Iluminismo com o processo de formação de Estados-Nações e com “*great power politics*”; num mundo que se encontrava a lidar com os problemas basilares da modernidade, como a colisão entre ideias de liberdade e ordem social, industrialização, antagonismo de classes sociais, nacionalismo e rivalidades internacionais, estando o seu surgimento ligado de forma indelével às várias revoluções de 1848⁶⁷.

Em 1853, Ludwig August von Rochau publicou um livro intitulado “As Fundações da *Realpolitik*, aplicadas ao estado atual da Alemanha”⁶⁸⁻⁶⁹. A referida obra tinha por base quatro princípios: i) a lei da força era o fator determinante na política, sendo que a soberania não era um direito natural, mas sim uma reflexão de poder⁷⁰; ii) a forma mais eficaz de governar era aquela que incorporava as forças

⁶⁴ Com esta conclusão, AKANDE, Dapo- International Law Immunities and the International Criminal Court, in The American Journal of International Law, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 425.

⁶⁵ Ocasão em que o TPI apenas tem duas hipóteses: abandonar o pedido de entrega ou tentar obter o consentimento do Estado terceiro. Neste sentido, KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2146.

⁶⁶ ICC-01/22-90 24-10-2024, §7 onde se escreveu que “personal immunity of officials, including Heads of third States, is not opposable in proceedings before the Court, nor a waiver of immunity is required under article 98 of the Statute”.

⁶⁷ BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 17 e 18.

⁶⁸ Tradução nossa. Título original *Grundsätze der Realpolitik: Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands*.

⁶⁹ Uma segunda edição do mesmo seguiu-se em 1859 (sendo que, no entanto, o texto permaneceu inalterado) e, em 1868, o mesmo autor editou um volume 2, no qual se dedicou a explicar o significado do termo por si cunhado e tentava refutar alguns dos seus críticos (sendo que, ao intitular o livro de 1868 como o Volume 2, implicitamente, o de 1853 foi transformado no Volume 1). Vide BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 31.

⁷⁰ Tendo o referido autor ainda escrito, a propósito da soberania, que “A soberania é um termo de

sociais mais poderosas do Estado, colhia as suas energias e harmonizava-as, razão pela qual o Estado com mais harmonia interna seria aquele com mais potencial; iii) no plano dos factos, ideias imorais ou incultas seriam, muitas vezes, mais poderosas do que as nobres e; iv) a modernidade havia alterado a natureza da política⁷¹. Para este estudo, são principalmente relevantes o primeiro e o terceiro.

O termo ficou acima de tudo associado a estadistas contemporâneos do referido autor, como Klemens Wenzel von Metternich⁷² e Otto von Bismarck^{73,74}, embora esteja associado também a figuras de outras eras, como Machiavelli, Riche-lieu e Harry Kissinger⁷⁵. Nas últimas décadas do século XX, este conceito tornou-se uma das palavras mais pronunciadas nos debates sobre a política externa norte-americana durante as presidências de Richard Nixon, Gerald Ford e Jimmy Carter⁷⁶, sendo um exemplo extraído do mandato presidencial deste último o apoio concedido pelos EUA ao *Shah* do Irão durante a década de 1970 com o objetivo de enfraquecer a União Soviética⁷⁷.

Como tal, o conceito de *Realpolitik* pode, de forma breve, ser definido como o realismo político; ou, de outra forma, o detrimento de opções políticas baseadas em princípios abstratos e/ou ideologias em face de opções políticas que tragam reais ganhos económicos e/ou de poder para um Estado (ou, de forma inversa, evitar, em nome de um qualquer princípio abstrato, a prática de atos que podem ocasionar danos para o Estado que tem de fazer essa opção).

Perante esta definição, facilmente se compreendem as ações de certos países perante as deslocações ou perspetivas de deslocações de Vladimir Putin, conforme analisaremos nos capítulos seguintes.

5. O caso Vladimir Putin

O núcleo do caso despoletado pela Vladimir Putin à Mongólia prende-se com o incumprimento por parte deste país da obrigação de entrega de Vladimir Putin ao TPI.

poder e aquele que o trata como um termo legal vai sempre chegar a resultados insustentáveis". Vide ROCHAU, Ludwig August von- *Grundsätze der Realpolitik, Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands* [Foundations of Realpolitik, applied to the current state of Germany], vol. 1 Karl Göpel, 1859, p. 23.

⁷¹ Sintetizando deste modo as bases da Realpolitik para Ludwig August von Rochau, BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 32, desenvolvendo as mesmas na p. 32 a 46.

⁷² Ministro dos negócios estrangeiros do Império Austríaco entre 1809 e 1848 e chanceler desse mesmo Império entre 1821 e 1848.

⁷³ Ministro-presidente da Prússia entre 1861 e 1871 e Chanceler Imperial do Império Alemão de 1871 a 1890.

⁷⁴ Argumentando que o termo ficou ligado acima de tudo a estas duas figuras, BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 22.

⁷⁵ BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 17.

⁷⁶ BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 240.

⁷⁷ BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 277 a 278.

O mandado de detenção emitido contra Vladimir Putin não consubstancia a primeira instância em que são emitidos mandados de detenção por este Tribunal contra um Chefe de Estado, e, à data de hoje, já nem é o mais recente⁷⁸, embora seja o primeiro contra um Chefe de Estado de um estado com assento do CSO-NU⁷⁹. Para explicar melhor os contornos do caso de Vladimir Putin, entendemos não ser despidendo abordar de forma perfunctória um outro caso bastante semelhante: o de Omar Al Bashir.

5.1. O caso Omar Al Bashir

Omar Al Bashir, foi Presidente do Sudão, (Estado não signatário do ERTPI) de 16 de outubro de 1993 a 11 de abril de 2019, data em que foi afastado do poder mediante um golpe de estado levado a cabo pelas forças armadas.

Em 2008, o Procurador do TPI acusou Omar Al Bashir de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos no Darfur. O primeiro mandado de detenção foi emitido pela PTC do TPI em 4 de março de 2009 pelos últimos 3 crimes. Em 12 de julho de 2010 foi emitido outro mandado de detenção, por três crimes de genocídio.

Sob a vigência do mandado de detenção contra si emitido, Omar Al Bashir efetuou um conjunto de deslocações a outros Estados, nomeadamente a signatários do ERTPI, tendo o TPI concluído que um estado signatário, a Nigéria, estava obrigada a proceder à sua detenção e extradição⁸⁰.

Contudo, entre ambos existe uma grande diferença: o caso de Omar Al Bashir, foi denunciado ao TPI pelo CSONU, mediante a Resolução n.º 1593 (2005), de 31 de março de 2005, com base na alínea b) do artigo 13.º do ERTPI, o que “dá azo à tese de que a submissão (...) à jurisdição da Corte [TPI] possuiria a mesma força coercitiva das demais deliberações”⁸¹ do CSONU, isto é, vinculando todos os Estados membros dessa organização ao seu cumprimento⁸². Este dado é relevante porque,

⁷⁸ Isto porque, em 21 de novembro de 2024, o juízo de instrução criminal do TPI emitiu mandados de captura contra Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant, tal como havia sido requerido pelo Procurador em 20 de maio de 2024.

⁷⁹ O não é despidendo, conforme veremos infra.

⁸⁰ Em 15 de julho de 2013, Omar Al Bashir deslocou-se à Nigéria para participar numa cimeira da União Africana sobre doenças sexualmente transmissíveis. Sobre esta deslocação, o TPI decidiu, em 15 de julho de 2013, que “The Chamber observes that the Federal Republic of Nigeria is a State Party to the Statute since 27 September 2001 and, accordingly, it is under the obligation pursuant to articles 86 and 89 of the Statute, to execute the pending Court’s decisions concerning the arrest and surrender of Omar Al-Bashir. The Chamber expects the Federal Republic of Nigeria to immediately arrest Omar Al-Bashir and surrender him to the Court.”. Vide ICC-02/05-01/09-157 15-07-2013 §7.

⁸¹ CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart e SCHRAMM, Fernanda Santos- O alcance da jurisdição do Tribunal Penal Internacional em face das imunidades dos chefes de estado: uma abordagem à luz do caso Sudão, in Revista Eletrônica Direito e Política, V.10, n.º3, 2º quadrimestre de 2015, p. 1552.

⁸² Isto porque dispõe o artigo 25.º da Carta da ONU que “Os membros das Nações Unidas concordam

diga-se de passagem, é extremamente improvável acontecer em relação a Vladimir Putin, dado o poder de veto que a Rússia tem sobre o CSONU nos termos do n.º 3 do artigo 27.º da Carta da ONU, direito de veto sobre este órgão.

O caso de Omar Al Bashir expôs desde logo uma das grandes fraquezas do TPI: a sua dependência da cooperação estadual, devido à ausência de uma força policial própria⁸³. Tal como brilhantemente sumariado por Luiz Henrique Urquhart Cardemartori e Fernanda Santos Schramm, “tendo em vista a ausência de uma força coercitiva autónoma, o exercício da jurisdição do Tribunal fica condicionado à colaboração dos demais Estados”⁸⁴. Esta fraqueza acabou também por ser confirmada no caso de Vladimir Putin, como veremos *infra*.

5.2. Deslocações de Vladimir Putin já sob pendência do mandado de detenção

Depois de ser contra si emitido o mandado do TPI, Putin chegou a empreender visitas a vários países, nomeadamente a China, a Coreia do Norte, o Vietname e o Cazaquistão⁸⁵. No entanto, nenhum destes Estados é signatário do ERTPI pelo que entrar em detalhes sobre as referidas deslocações afigura-se despiciendo. Contudo, já é pertinente referir os acontecimentos que rodearam as deslocações (ou tentativas de deslocação) de Vladimir Putin a outros Estados signatários do ERTPI.

5.2.1. Deslocação à África do Sul

Entre 22 e 24 de agosto de 2023 teve lugar em Joanesburgo, África do Sul, a 15ª Cimeira dos BRICS, organização essa à qual a Rússia pertence. Enquanto Estado signatário do ERTPI, a África do Sul estava obrigada, nos termos do artigo 86.º do ERTPI, a colaborar com o Tribunal.

No início de junho de 2023, surgiram relatos de que o Governo sul africano estaria, para evitar a pressão de prender Putin, a equacionar uma proposta de mover a cimeira para a China⁸⁶. Mesmo dentro da própria África do Sul, a deslocação de Putin causou uma divisão, tendo o maior partido da oposição lançado mão de uma ação judicial com o intuito de forçar o Governo a cumprir com o mandado de detenção do TPI⁸⁷. Contudo, o presidente do país, Cyril Ramaphosa, defendia que

em aceitar e aplicar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.”

⁸³ Salientando esta ausência de força policial própria, SINGHI, Yash- Head of State Immunity: The ICC’s biggest impediment, in *Indian Journal of International Law*, Volume 59, 2021, p. 393

⁸⁴ CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart e SCHRAMM, Fernanda Santos- O alcance da jurisdição do Tribunal Penal Internacional em face das imunidades dos chefes de estado: uma abordagem à luz do caso Sudão, in *Revista Eletrônica Direito e Política*, V.10, n.º3, 2º quadrimestre de 2015, p. 1538.

⁸⁵ ASSOCIATED PRESS- Russia’s Putin visits Mongolia, defies international warrant for his arrest. *VOANEWS*. (3 de setembro de 2024).

⁸⁶ CARTER, Sarah- Debate over possible Putin visit heats up in South Africa amid U.S. “concern” over BRICS intentions. *CBS News*. (2 de junho de 2023).

⁸⁷ BOOTY, Natasha; ROSS, Will- Arresting Vladimir Putin in South Africa would be ‘declaration of

qualquer tentativa de deter Vladimir Putin em solo sul africano equivaleria a uma declaração de guerra contra a Rússia⁸⁸.

Como forma de resolução deste dilema que se abatia sobre a África do Sul foi, em 19 de julho de 2024, emitido um comunicado pelo Kremlin no qual se retirava que Putin não se iria ausentar de território russo, participando na conferência por videochamada e fazendo-se representar presencialmente por Sergey Lavrov⁸⁹.

Deste modo, ficou salvaguarda não só a posição da África do Sul como até o prestígio do TPI que conseguiu, de algum modo, condicionar as ações de Vladimir Putin.

5.2.2. Deslocação à Mongólia

No dia 29 de agosto de 2024, foi anunciado pelo Kremlin que Vladimir Putin planeava visitar a Mongólia na semana seguinte, no dia 3 de setembro de 2024.

Na véspera a Mongólia enviou ao TPI uma *note verbale*, na qual pedia esclarecimentos do Tribunal relacionados com o mandado de detenção emitido contra Putin, dado que entendia que Vladimir Putin, enquanto presidente incumbente de um Estado, gozava de imunidades *ratione personae* e *ratione materiae*, alegando ainda que se procedesse com a detenção violaria obrigações legais anteriormente assumidas⁹⁰. O TPI respondeu no mesmo dia à Mongólia, dizendo que a imunidade pessoal de um Chefe de Estado era derogada pelo ERTPI, e ainda que das submissões realizadas pela Mongólia não transparecia qualquer motivo legítimo que impedisse a Mongólia de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito do ERTPI⁹¹.

Contudo, quando Putin aterrou na Mongólia em 3 de setembro de 2024 foi recebido por uma passadeira vermelha e por uma parada militar, algo que, infelizmente, já era previsível, pois, mesmo antes da chegada de Putin, um porta-voz do governo da Mongólia salientava que o país se encontrava numa posição de dependência energética em relação à Rússia⁹². Para além disso, o porta-voz do

war', says Ramaphosa. *BBC News*. (18 de julho de 2023).

⁸⁸ BOOTY, Natasha; ROSS, Will- Arresting Vladimir Putin in South Africa would be 'declaration of war', says Ramaphosa. *BBC News*. (18 de julho de 2023).

⁸⁹ PEYTON, Nellie; MIRIDZHANIAN, Anait- South Africa says Putin to stay away from BRICS summit. *Reuters*. (19 de julho de 2023).

⁹⁰ Vide ICC-01/22-90 24-10-2024, §6.

⁹¹ Escreveu o TPI que "personal immunity of officials, including Heads of third States, is not opposable in proceedings before the Court, nor a waiver of immunity is required under article 98 of the Statute". Vide ICC-01/22-90 24-10-2024, §7.

⁹² "A Mongólia importa 95% dos seus produtos petrolíferos e mais de 20% da sua eletricidade do nosso vizinho imediato, fornecimentos esses que anteriormente sofreram interrupções devido a motivos técnicos. Esses fornecimentos são críticos para assegurar a nossa existência e a do nosso povo". Tradução nossa Fonte: JOCHECOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 de setembro de 2024); e ainda: PLUECKHAHN, Rebekah- Mongolia's decision not to arrest Putin was no surprise. *Pursuit*. (18 de outubro de 2024).

Kremlin afirmou, dias antes da visita de Putin que não existiam quaisquer preocupações, devido a bom diálogo com os “amigos” mongóis, e que todos os aspetos da visita tinham sido cuidadosamente preparados⁹³.

Quando se tornou claro que a Mongólia não iria deter Vladimir Putin, Heorhii Tykhii, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros Ucrainiano, disse que essa conduta era “um golpe pesado para o TPI e para o sistema internacional de justiça criminal”, adicionando que a Mongólia tinha permitido que um criminoso escapasse à justiça, e que a Ucrânia iria trabalhar com os seus parceiros para assegurar que a omissão teria consequências para a Mongólia⁹⁴.

5.2.3. Deslocação ao Brasil

Embora já seja posterior à visita à Mongólia, cumpre refletir sobre outra das (previstas) deslocações de Vladimir Putin, desta vez, ao Brasil, outro estado signatário do ERTPI, por ocasião da Cimeira de G20, que teve lugar no Rio de Janeiro, entre 18 e 19 de novembro de 2024.

Logo quando foi questionado pela primeira vez sobre se Putin poderia ir ou não a esta cimeira, em 9 de setembro de 2023, o presidente Lula da Silva referiu que “Eu acho que o Putin pode ir tranquilamente para o Brasil. Eu posso lhe dizer, se eu for o presidente do Brasil e ele for ao Brasil, não há por que ele ser preso”⁹⁵. No entanto, dois dias depois, o mesmo já afirmava que deter ou não Vladimir Putin em solo brasileiro seria uma decisão judicial e não do seu Governo, dizendo de forma categórica que “Eu não sei se a justiça brasileira vai prender. Isso quem decide é a justiça e não é Governo, nem o Parlamento. É a justiça que vai decidir”⁹⁶. No entanto, Putin acabou por não se deslocar à referida cimeira, fazendo-se representar pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmando que a sua presença poderia perturbar os trabalhos normais da cimeira⁹⁷.

5.2.4. Conclusões

Tendo em conta a já referida definição de *Realpolitik*, facilmente se compreendem as ações da Mongólia.

Para todos os efeitos, Vladimir Putin é o presidente da Federação Russa, um

⁹³ JOCHCOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 de setembro de 2024).

⁹⁴ JOCHCOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 de setembro de 2024).

⁹⁵ BISCHOFF, Wesley- Em entrevista, Lula diz que Putin não será preso se vier ao Brasil. *G1*. (9 de setembro de 2023).

⁹⁶ RIBEIRO, Neidy- Lula da Silva: “Cabe à justiça decidir sobre o mandado de detenção contra Putin”. *RFI*. (11 de setembro de 2023).

⁹⁷ TORTELLA, Tiago- Por que Vladimir Putin não vem à Cúpula do G20 no Rio de Janeiro? Entenda. *CNN Brasil*. (11 de novembro de 2024).

país que embora já não seja uma superpotência como o era a União Soviética, continua a ter uma economia considerável, o maior arsenal nuclear do planeta, umas forças armadas extremamente poderosas e avultados recursos energéticos, sendo, consequentemente, um dos países mais relevantes e mais poderosos a nível mundial. É ainda um facto notório que sob o regime de Vladimir Putin a Rússia tem um “historial” de invadir os seus vizinhos o que, evidentemente, coloca algum receio na Mongólia sobre o que lhe poderia acontecer se cumprisse o mandato, receio esse que, conforme vimos *supra*, já havia sido demonstrado aquando da deslocação à África do Sul⁹⁸. No entanto esta preocupação seria evidentemente, maior no caso da Mongólia, que partilha uma fronteira com a Rússia.

Excluindo os fatores militares, a Rússia é o 2º maior parceiro comercial da Mongólia⁹⁹, segundo dados do Banco Mundial, a Mongólia importa 62,98% da sua energia da Rússia¹⁰⁰. Se a Mongólia cumprisse com o mandato do TPI arriscaria, no mínimo graves sanções económicas que seriam desastrosas para a sua economia e, no máximo, uma invasão militar russa.

Concluindo, existe um medo/dependência da Mongólia em relação à Rússia e, evidentemente, isso pesou nos responsáveis mongóis que efetuaram uma escolha pautada por critérios de realismo político: pura e simplesmente optaram pela escolha menos danosa.

6. Consequências para a Mongólia

Face ao exposto é indiscutível que, ao não cumprir com o mandato de detenção que incidia sobre Vladimir Putin, a Mongólia incumpriu com uma obrigação internacional que sobre si pendia. Contudo, a grande questão que se segue é as consequências que esta ação poderá ter para o estado mongol.

Para responder a esta questão, cumpre desde logo convocar o n.º 7 do artigo 87.º do ERTPI, que giza que

Se, contrariamente ao disposto no presente Estatuto, um Estado Parte recusar um pedido de cooperação formulado pelo Tribunal, impedindo-o assim de exercer os seus poderes e funções nos termos do presente Estatuto, o Tribunal poderá elaborar um relatório e submeter a questão à Assembleia dos Estados Partes ou ao Conselho de Segurança, quando tiver sido este a submeter o facto ao Tribunal.

No caso de Vladimir Putin, como não foi o CSONU a submeter o facto ao TPI, o órgão competente para lidar com este incumprimento será a AEP, nos termos da

⁹⁸ BOOTY, Natasha; ROSS, Will- Arresting Vladimir Putin in South Africa would be ‘declaration of war’, says Ramaphosa. *BBC News*. (18 de julho de 2023).

⁹⁹ EUROPEAN PARLIAMENT DIRECTORATE GENERAL FOR PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICES- *Mongolia’s top trade partners*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2024.

¹⁰⁰ WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION- *Mongolia Fuels Imports by country in US\$ Thousand 2022*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2023.

alínea f) do n.º 2 do artigo 112.º do ERTPI¹⁰¹ que giza que a mesma é o órgão competente para analisar “qualquer questão relativa à não cooperação dos Estados”¹⁰².

Sobre o incumprimento dos pedidos de cooperação, salientam Claus Kreß e Kimberly Prost que, neste casos, a AEP pode invocar a responsabilidade internacional do Estado, exigir a sua cooperação e condenar a sua atuação errada na cena internacional¹⁰³. Isto porque, continuam os mesmos autores, nos termos dos ILC Articles, o falhanço de um Estado-parte do ERTPI em cumprir com o pedido de cooperação que lhe é dirigido pelo TPI é uma violação das obrigações internacionais desse Estado, constituindo, de acordo com o Direito Internacional consuetudínario, um “*internationally wrongful act*”, gerando assim, responsabilidade desse mesmo Estado¹⁰⁴, nos termos da alínea b) do artigo 2.º dos ILC Articles¹⁰⁵, a não ser que invoque uma causa de justificação para esse ato¹⁰⁶.

No entanto, as normas aplicáveis do ERTPI não providenciam uma resposta sobre quais são as sanções aplicáveis. Tal como explicam Claus Kreß e Kimberly Prost¹⁰⁷:

The obligations under Part 9 of the Statute (concretized and activated by a Court's request) exist erga omnes partes. As a consequence the Assembly of States Parties is entitled to ask for immediate compliance with the Court's request and may condemn the State Party's failure. It may go beyond this and consider the appropriateness of collective countermeasures, such as economic sanctions, against the non-cooperating State. By contrast, the termination of the treaty vis-a-vis the non-cooperating State is not an option given its integral nature and its overall humanitarian goal. (...) The combined effect of article 87 para. 7 and article 112 para. 2 (f) certainly is to give priority to any collective reaction¹²⁸. The legal situation is less clear, however, in case the Assembly of States Parties does not reach the necessary majority to recommend an adequate collective measure to end the internationally wrongful act (...) This would – as a last resort – include the

¹⁰¹ Dado que resulta dessa norma que o citado órgão é o competente para examinar, de harmonia com os n.ºs 5 e 7 do artigo 87º do ERTPI, “qualquer questão relativa à não cooperação dos Estados”.

¹⁰² De facto, na sua decisão de 24 de outubro de 2024, a PTC II do TPI proferiu uma decisão onde decidiu, precisamente, submeter esta questão à AEP. Vide ICC-01/22-90 24-10-2024, §40.

¹⁰³ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2031.

¹⁰⁴ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2034.

¹⁰⁵ Que foram adotados pela resolução 56/83, de 12 de dezembro de 2001, da Assembleia Geral da ONU.

¹⁰⁶ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2034.

¹⁰⁷ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2041 e 2042.

adoption of individual countermeasures.

Contudo, salientam também os mesmos autores, que até 2016, nem a AEP nem o CSONU haviam, em algum caso, tomado alguma ação em relação às submissões atinentes à não cooperação efetuadas pelo TPI, concluindo, no mesmo que “This inaction represents perhaps the most significant blow to the effectiveness of the cooperation regime of the Rome Statute and correspondingly to the efficacy of the Court itself.”¹⁰⁸.

Isto é, em abstrato, o máximo que a Mongólia pode esperar será a aplicação de sanções económicas pelo conjunto dos Estados-Parte do ERTPI, certamente menos danosas para a sua economia do que seriam umas eventuais sanções aplicadas pela Rússia em caso de cumprimento do mandado, sendo que, reitera-se, não existe qualquer precedente nesse sentido¹⁰⁹.

Outra possibilidade seria a aplicação de sanções económicas, individualmente, por parte de certos Estados-Parte do ERTPI, o que teria ainda menos efeito.

7. Consequências do caso Vladimir Putin e possíveis soluções

Do descrito *supra*, poder-se-ia retirar que o “Caso Putin” se traduz numa enorme derrota para o TPI e para a ordem jurídico-criminal internacional, da qual aquele Tribunal é o expoente máximo¹¹⁰. Contudo, e salvo melhor opinião, existem argumentos no sentido contrário.

7.1. A força do TPI

Entendemos que é possível argumentar que o presente caso acaba por demonstrar a força do TPI.

Como já foi referido, afigura-se como inegável que o mandado de detenção do TPI acabou por condicionar os movimentos de Putin: o mesmo acabou por não se deslocar nem à África do Sul nem ao Brasil, fazendo-se representar em ambas as ocasiões pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergei Lavrov¹¹¹. Ou seja, mesmo um Chefe de um Estado tão poderoso como a Rússia ficou com os seus movimentos condicionados por este mandado, visto que teve receio de se deslocar ao território desses dois Estados-Parte do ERTPI, que estão a uma grande distância da Rússia, o que torna, consequentemente, a ameaça militar russa muito

¹⁰⁸ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2042.

¹⁰⁹ KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2042.

¹¹⁰ E, por extensão, dadas as ações levadas a cabo por Vladimir Putin e que fundamentaram o mandado de detenção, para os direitos humanos.

¹¹¹ Sobre quem não impende, à data, qualquer mandado de detenção do TPI.

menor. Para além disso qualquer um dos referidos países tem uma dependência económica muito menor em relação à Rússia do que a Mongólia¹¹².

Outro dos resultados deste caso é um reforço da credibilidade do TPI. Em primeiro lugar, não teve medo de emitir o Mandado de Detenção contra Putin¹¹³, o que prova a sua independência e a sua credibilidade, mostrando que não tem medo de atuar contra os atores mais poderosos na cena internacional. Também corolário do prestígio de que o TPI goza na comunidade internacional, são as críticas que a Mongólia enfrentou por esta sua decisão, tendo o seu governo sentido a necessidade de dar explicações sobre a sua atuação¹¹⁴.

Daqui resulta ainda uma oportunidade: os Estados-Parte do ERTPI têm aqui uma oportunidade para demonstrar, perante a comunidade internacional que o princípio *pacta sunt servanda*, constante do artigo 26.º da CVDT¹¹⁵, é válido, aplicando, mediante deliberação da AEP, pesadas sanções económicas à Mongólia, com o objetivo de dissuadir possíveis incumprimentos em relação ao futuro¹¹⁶.

7.2. A fraqueza do TPI

É inegável que este caso veio salientar algumas das fraquezas do TPI.

Desde logo, mais uma vez ficou a descoberto o facto de que o TPI está dependente da colaboração dos seus Estados-Partes por não dispor de uma força policial própria, conclusão que já tinha sido posta a descoberto pelo próprio TPI no âmbito do caso Al Bashir¹¹⁷. Como tal, está totalmente dependente de que os Estados-Partes detenham e posteriormente extraditem para Haia os indivíduos por si procurados¹¹⁸. Esta questão já levou a que fosse salientada, inclusive nos media, a

¹¹² Mesmo no caso da África do Sul, esta é uma potência regional e que não é económica ou energeticamente dependente da Rússia. TRENDECONOMY- South Africa | Imports and Exports | World | ALL COMMODITIES | Value (US\$) and Value Growth, YoY (%) | 2012 – 2023. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2023.

¹¹³ Nem contra a sua Comissária dos Direitos das Crianças e alguns dos seus generais.

¹¹⁴ JOCHECOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Político*. (3 de setembro de 2024).

¹¹⁵ Norma que giza “Todo o tratado em vigor vincula as Partes e deve ser por elas cumprido de boa fé”.

¹¹⁶ No entanto, é imperioso referir que na 23ª reunião da AEP que teve lugar em 6 de dezembro de 2024, não foi sequer deliberado qualquer aplicação de sanções à Mongólia pelo seu incumprimento. No entanto, parece ser possível que tal deliberação tenha lugar noutra sessão da AEP, até pelo pouco tempo que mediou entre o facto e a data da reunião.

¹¹⁷ No âmbito do referido caso foi em 18 de setembro de 2013 proferida uma decisão pela PTC II onde se escreveu, no seu §12, que “In this context the Chamber wishes to point out that the ICC has no enforcement mechanism and thus relies on the States’ cooperation, without which it cannot fulfil its mandate and contribute to ending impunity.”. Vide ICC-02/05-01/09-162, § 12.

¹¹⁸ Neste sentido, DUTTON, Yvonne e STERIO, Milena- The War in Ukraine and the Legitimacy of the International Criminal Court, *American University Law Review*, Volume 72, issue 3, 2023, p. 818; AKANDE, Dapo- International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 420 e; SINGHI, Yash- Head of State Immunity: The ICC’s biggest impediment, in *Indian Journal of International Law*, online 2020, p. 3

dificuldade que o TPI terá em obter a custódia de Vladimir Putin ou de outros altos oficiais russos¹¹⁹. Este problema é agravado porque o ERTPI impede julgamentos *in absentia*¹²⁰, pelo que a única maneira de Vladimir Putin ser eventualmente julgado pelos crimes em relação aos quais foi emitido o mandado de detenção é a sua detenção e extradição para Haia.

Contudo, se nos é permitido apontar, as duas grandes fraquezas do TPI expostas por este caso são a falta de sanções para o incumprimento e a sua politização.

Começando pela falta de sanções para o incumprimento, ou, posto de outra forma, a sua insuficiência, faz passar uma atitude de que, de algum modo, o incumprimento é premiado; mesmo que a AEP decida eventualmente impor sanções económicas à Mongólia¹²¹, esse incumprimento será, com toda a certeza, menos custoso do que o cumprimento¹²².

Passando agora à politização ou à tentativa de instrumentalização, é um facto notório de que é uma tarefa elementar de um Estado de direito assegurar a separação de poderes, sendo um corolário dessa separação de poderes a independência do poder judiciário¹²³. No âmbito especial do TPI, já em 2007 um juiz da Divisão de Recursos do TPI, Sang-Hyun Song avisava que¹²⁴:

For any court, independence and freedom from political pressure are critical. (...) And only if the judiciary is independent will it be respected by society. For the ICC, independence is equally important but perhaps even more challenging than for domestic courts (...) Thus, the ICC is operating in a highly political environment, making the independence of the ICC from political pressure very important.

Tanto no caso de Putin como noutros ainda mais recentes¹²⁵, certos Estados e organizações tentaram usar o TPI como um peão nas relações internacionais. Desde logo, ainda antes da visita de Vladimir Putin, a Ucrânia tentou pressionar a

¹¹⁹ A título exemplificativo, ver THOMSEN, Jacqueline e SCARCELLA, Mike- Explainer: How could Russia's Putin be prosecuted for war crimes in Ukraine? *Reuters*. (4 de abril de 2022).

¹²⁰ Por via do disposto no n.º 1 do artigo 63.º do ERTPI.

¹²¹ Sendo que, como já foi referido, não existe qualquer precedente nesse sentido. Vide KREß, Claus e PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, Hart Publishing, 2016, p. 2042.

¹²² Isto mesmo excluindo o cenário mais gravoso para este país, que seria uma intervenção militar russa.

¹²³ A título meramente exemplificativo, resulta do artigo 2.º da CRP que “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático baseado na (...) e na separação e interdependência de poderes”; raciocínio esse que é complementado pelo disposto no artigo 203.º desse mesmo diploma, que giza que “Os tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à lei”.

¹²⁴ SONG, Sang-Hyun- The Independence of the ICC and Safeguards Against Political Influence, Speech Outline, in International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy, p. 4 e 5.

¹²⁵ O de Benjamin Netanyahu e de Yoav Gallant.

Mongólia a deter Putin¹²⁶, tendo também sido este país um dos primeiros a condenar a Mongólia por não ter procedido à referida detenção, usando uma retórica bastante severa para com os responsáveis mongóis¹²⁷. Também a UE pressionou o governo mongol a deter Putin¹²⁸, e após este Estado ter falhado com a detenção, emitiu um comunicado a condenar a atitude da Mongólia¹²⁹.

Contudo, como exemplo maior da tentativa de politização do TPI¹³⁰ cumpre salientar a posição do governo francês. Aquando do falhanço da Mongólia em deter Putin, numa conferência de imprensa o Ministro francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros referiu que¹³¹

Each State party to the Rome Statute has an obligation to cooperate with the International Criminal Court and execute the arrest warrants it issues, in accordance with the relevant provisions of the Rome Statute. True to its long-standing commitment to combat immunity, France will continue to lend its support to the essential work of the international courts to ensure that those responsible for all the crimes committed by Russia in Ukraine are held accountable. It lends its full support to the ICC and to the Ukrainian courts working towards that goal.

Aqui chegados, por estar relacionado com o caso de Putin, dado ser um exemplo da tentativa de politização do TPI e das suas ações, cumpre, de forma perfunctória, abordar outro caso, o de Benjamin Netanyahu. Em 21 de maio de 2024 foi solicitada, pelo Procurador a emissão de mandado de detenção contra Yahya Sinwar, Mohamed Diab Ibrahim Al-Masri, Ismail Haniyeh, Benjamim Netanyahu e Yoav Gallant, todos pelos alegados crimes cometidos na última fase da guerra israelo-palestiniana. A emissão dos referidos mandados demorou 6 meses, o que levou a acusações de parcialidade¹³² e de hipocrisia na atuação do Tribunal¹³³. Quando foi questionado sobre este mandado de detenção, em novembro de 2024, o mesmo Ministro referiu que os referidos responsáveis israelitas, devido ao facto

¹²⁶ SANTOS, Sofia Ferreira- Ukraine calls on Mongolia to arrest Putin ahead of visit. *BBC News*. (30 de Agosto de 2024).

¹²⁷ JOCHECOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 de setembro de 2024).

¹²⁸ LIBOREIRO, Jorge- Brussels urges Mongolia to comply with ICC request and arrest Putin during official visit. *Euronews*. (2 de setembro de 2024).

¹²⁹ THE DIPLOMATIC SERVICE OF THE EUROPEAN UNION- Mongolia: Statement by the Spokesperson on the visit of the Russian President. *EEAS Press Team*. (3 de setembro de 2024).

¹³⁰ E, permita-se dizer, mesmo de alguma hipocrisia.

¹³¹ MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES- Q&A - Extract from the press briefing (2 September 2024). *France Diplomacy*. (2 de setembro de 2024)

¹³² AKSÜNGER, Selman- Netanyahu arrest warrant delayed in ICC for 5 months. *AA*. (29 de outubro de 2024).

¹³³ Que seria, alegadamente, muito ágil a atuar contra a Rússia, mas muito lento a atuar contra Israel.

de Israel não ser um Estado signatário do ERTPI, gozavam de imunidade¹³⁴. Um dia depois, quando questionado sobre se isto não seria uma contradição em relação em posição assumida perante o caso de Putin, o porta-voz do mesmo Ministério referiu que a posição jurídica da França era a mesma nos dois casos, tendo ainda acrescentado que “With regard to Vladimir Putin all those who committed crimes, there is no impunity. They have to be held responsible for their deeds, and we have always said that we’ll apply international law in all its aspects”¹³⁵.

Evidentemente esta argumentação não pode ser procedente, dado que Netanyahu e Putin se encontram, numa eventual deslocação a solo francês, em igualdade de circunstâncias, sendo as suas imunidades derogadas, nos termos expostos, pelo ERTPI. No entanto, entre ambos existe uma crucial diferença: o primeiro é um tradicional aliado das nações ocidentais e um importante parceiro geoestratégico das mesmas no Médio-Oriente; ao passo que o segundo é, principalmente desde 2022, um inimigo do ocidente em geral e da França em particular. Mais uma vez, as exigências de *Realpolitik*, nomeadamente a da preservação de boas relações com um aliado histórico, sobrepõem-se ao Direito Internacional.

7.3. Possível futuro do caso Vladimir Putin

Não sendo objeto deste estudo entrar em especulação quanto aos próximos desenvolvimentos no caso de Vladimir Putin entendemos, com base no sobredito no decurso deste estudo e já em parte antecipando as conclusões, não ser despiendo tecer algumas previsões.

É improvável que Vladimir Putin alguma vez seja julgado pelos alegados crimes em relação aos quais foi emitido o mandado de detenção pelo TPI. O facto de o ERTPI proibir julgamentos *in absentia* torna uma extradição para Haia condição prévia de qualquer julgamento a realizar. Salvo melhor entendimento, é improvável que Vladimir Putin venha alguma vez a ser detido. Conforme resulta deste estudo, o mesmo tem evitado deslocações a territórios que poderiam proceder à sua detenção, fazendo-se representar por seus subalternos, tendo apenas se deslocado a um país onde tinha a certeza que não seria detido.

Dada a natureza contratual do ERTPI, nada impede Putin de se deslocar a um país que não tenha ratificado esse tratado, pois nenhuma obrigação de o deter impende sobre esse Estado. Esta é uma diferença entre o TPI e os Tribunais Penais previamente criados para a Jugoslávia e para o Ruanda, criados por Resolução do Conselho de Segurança da ONU e, portanto, vinculativa para todos os membros da ONU nos termos do artigo 25.º da Carta das Nações Unidas¹³⁶.

¹³⁴ THE TIMES OF ISRAEL- France says Netanyahu, Gallant have immunity from ICC charges, won’t arrest them. *Times of Israel*. (27 de novembro de 2024).

¹³⁵ REUTERS- France declines to say whether it would arrest Putin under ICC warrant. *Reuters*. (28 de novembro de 2024).

¹³⁶ Salientando estas diferenças, AKANDE, Dapo- *International Law Immunities and the International*

A priori, a única maneira de Vladimir Putin ser julgado pelos crimes que serviram de base ao mandado de detenção é que lhe aconteça o mesmo que aconteceu a Omar Al Bashir: o governo que o substituiu após a sua deposição decidiu entregá-lo ao TPI para ser julgado pelos crimes que lhe são apontados¹³⁷. No entanto, essa entrega ainda não se concretizou, pois apenas terá lugar quando Omar Al Bashir acabar de cumprir a pena a que foi condenado no Sudão por corrupção e branqueamento de capitais¹³⁸.

Como tal, afigura-se que será condição prévia para uma qualquer entrega de Vladimir Putin ao TPI que o mesmo seja, por forças internas, afastado da presidência da Federação Russa e entregue ao TPI por um novo Governo. Mas, mesmo que isto não aconteça, é inegável que o mandado de detenção vai continuar a restringir os seus movimentos¹³⁹.

8. Conclusões

Há cerca de 2400 anos, o historiador grego Tucídides (460 A.C.- cerca de 400 A.C.) escreveu a sua *magnum opus*: a História da Guerra do Peloponeso. Este conflito, que decorreu entre 431 e 404 A.C. entre a Liga de Delos (encabeçada por Atenas) e a Liga do Peloponeso (liderada por Esparta) é particularmente pertinente para este estudo devido a uma das suas inúmeras batalhas, o cerco de Melos (416 A.C.), que é magistralmente relatado pelo mencionado historiador: os atenienses enviaram um ultimato a Melos, oferecendo uma escolha entre a rendição incondicional ou destruição total. Depois de um diálogo entre os líderes de cada facção, segundo Tucídides, os atenienses, chocados com a falta de realismo por parte dos líderes de Melos proferiram as seguintes palavras: “os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem”^{140, 141}. Sumarizando o conflito, Melos não se rendeu, apesar de os emissários atenienses terem dito e justificado que Esparta não viria ao seu resgate e que não havia vergonha em se render perante um inimigo superior, ainda para mais um que oferecia termos razoáveis, e Atenas conquistou a cidade, executando todos os homens em idade militar e vendendo as mulheres e as crianças para a escravatura¹⁴², um massacre que, até pelos padrões da época chocou o resto da Grécia, incluindo Atenas¹⁴³, sendo muitas vezes identificado

Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 417.

¹³⁷ MAGDY, Samy- Official: Sudan to hand over al-Bashir for genocide trial. *Associated Press*. (11 de fevereiro de 2020).

¹³⁸ DABANGA SUDAN- Sudan's Forces for Freedom and Change: 'Hand Al Bashir to ICC'. *Dabanga Sudan*. (5 de novembro de 2019).

¹³⁹ Como já o fez aquando das anunciadas visitas à África do Sul e ao Brasil

¹⁴⁰ Para esta frase em concreto, TUCÍDIDES- História da Guerra do Peloponeso, Livro 5, capítulo 89.

¹⁴¹ Para o relato completo deste episódio do conflito, vide TUCÍDIDES- História da Guerra do Peloponeso, Livro 5, Capítulos 84 a 116.

¹⁴² TUCÍDIDES- História da Guerra do Peloponeso, Livro 5, capítulo 116.

¹⁴³ WINIARCZYK, Marek- *Diagoras of Melos: A Contribution to the History of Ancient Atheism*, Walter

como um dos mais antigos exemplos de um crime de genocídio¹⁴⁴. Este episódio é apontado como sendo uma das instâncias clássicas da *Realpolitik*¹⁴⁵.

Foi precisamente para colocar um fim à impunidade de autores destes crimes, considerados como inimigos de toda a humanidade que foi criado o TPI, como é patente desde logo do preâmbulo do ERTPI¹⁴⁶. Mais de 25 anos volvidos desde a conferência de Roma¹⁴⁷ é evidente que não se conseguiu, pelo menos até agora, alcançar esse objetivo, sendo que o caso de Vladimir Putin em nada contribui para acabar com as sensações de impunidade.

A isto soma-se o facto de que o TPI até hoje apenas condenou responsáveis políticos africanos,^{148,149} provenientes de países muito menos poderosos, com menos recursos e, portanto, com muito menos influência sobre a comunidade internacional do que a Rússia, o que pode levar à conclusão de que este Tribunal apenas funciona quando os acusados são “fracos”.

Estas perceções não auxiliadas pelo facto de, no caso da Mongólia, este país se ter, para todos os efeitos, recusado a deter Putin e, antes, a África do Sul ter alegado que a detenção de Putin colocaria em risco a segurança nacional. Tudo isto, demonstra que o Direito Internacional está em risco de falência, sendo derogado por exigências de *Realpolitik*¹⁵⁰, que são levadas ao extremo quando estamos perante um representante de um Estado tão poderoso e determinante a nível mundial como é o caso da Rússia.

A verdade é que o TPI faz os possíveis para evitar esta situação, tentando afirmar a sua independência com a emissão de mandados de detenção contra alguns dos atores mais poderosos na cena internacional, como Vladimir Putin e Benjamin Netanyahu, mesmo quando o seu trabalho é, em parte, sabotado pelas ações de outros atores porventura até mais poderosos¹⁵¹.

Contudo, o caso de Vladimir Putin, veio, em certas medidas, confirmar o que já resultava do caso de Omar Al Bashir: as obrigações internacionais assumidas,

de Gruyter GmbH & Co KG, 2016, p. 53.

¹⁴⁴ MULLIGAN, Gerard- Genocide in the Ancient World, in World History Encyclopedia. Também classificando este episódio como um genocídio, CROWE, David M.- *War Crimes, Genocide, and Justice: A Global History*, Springer, 2013, p. 8.

¹⁴⁵ CRANE, Gregory- *Thucydides and the Ancient Simplicity: the limits of political realism*, University of California Press, 1998, p. 237.

¹⁴⁶ Onde se escreve “Os Estados Parte no presente Estatuto (...) Decididos a pôr fim à impunidade dos autores desses crimes e a contribuir assim para a prevenção de tais crimes”.

¹⁴⁷ Que teve lugar em 17 de julho de 1998.

¹⁴⁸ FISCHER, Lukas-The relationship between the African Union and the International Criminal Court – Is the ICC targeting Africa? *Africanlegalstudies.blog*. (9 de setembro de 2022).

¹⁴⁹ A lista de todas as condenações levadas a cabo pelo TPI pode ser consultada em https://www.icc-cpi.int/cases?f%5B0%5D=accused_states_cases%3A358

¹⁵⁰ Sejam elas considerações de segurança e/ou necessidades económicas

¹⁵¹ Por exemplo, em 6 de fevereiro de 2025, o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, emitiu uma ordem executiva impondo sanções ao TPI precisamente devido à conduta deste Tribunal relativamente a Benjamin Netanyahu e Yoav Gallant. THE WHITE HOUSE- Imposing Sanctions on the International Criminal Court. (6 de fevereiro de 2025).

neste caso no ERTPI, irão ceder perante a *Realpolitik*, quando, pura e simplesmente, é mais vantajoso (ou menos danoso) o incumprimento¹⁵². Também conforme suprarreferido, as posições de certos Estados em relação ao TPI e aos seus mandados de detenção, consoante o alvo do mandado é um aliado ou um inimigo¹⁵³, são outro triunfo da *Realpolitik* sobre as obrigações internacionalmente assumidas, constituindo uma tentativa de instrumentalização desta organização para o alcance de objetivos de *Realpolitik*.

Perante tudo isto é incontornável o pensamento de que, porventura, o ERTPI terá sido demasiado ambicioso: pura e simplesmente as relações internacionais ainda não evoluíram a um ponto em que os Estados e os indivíduos mais poderosos se absterem de usar o poderio militar e económico de que dispõem para coagir outros. Porventura por ingenuidade, talvez por ter sido criado num contexto de esfriamento de tensão internacional¹⁵⁴ o ERTPI não considerou essa possibilidade, como se retira da ausência de sanções significativas para o incumprimento.

Portanto, apenas uma conclusão se impõe: embora tenham sido nobres os pressupostos que presidiram à elaboração do ERTPI, nomeadamente a tentativa de por fim à impunidade dos chamados “inimigos da humanidade”, afigura-se, infelizmente, que aos dias de hoje se mantém mais atual o diálogo meliano, escrito há mais de 2400 anos do que o ERTPI: o caso de Vladimir Putin vem comprovar (conclusão que será provavelmente reforçada pelo caso de Netanyahu), que mesmo mais de 2400 anos volvidos desde o cerco de Melos, de facto, os poderosos fazem o que podem e os fracos, que aqui correspondem às vítimas dos crimes previstos no ERTPI, sofrem o que devem.

Destarte, impõe-se uma reflexão sobre o sistema penal internacional, oferecendo-se como possíveis soluções a remoção da norma do ERTPI que proíbe julgamentos *in absentia*; a criação de um Tribunal criminal internacional dotado de uma força policial própria ou de pesadíssimos embargos económicos ao ponto de tornar impraticável qualquer incumprimento. Porventura, também será necessária uma reflexão sobre a própria estrutura da ONU¹⁵⁵. Todas estão, todavia, fora do âmbito deste estudo, embora não afastemos a possibilidade de, posteriormente, vir a realizar esse estudo.

¹⁵² Para a Mongólia, pura e simplesmente eram menores as consequências do incumprimento do que as do cumprimento.

¹⁵³ Remete-se para o dito supra, no atinente às posições contraditórias do Governo francês sobre os casos de Putin e de Netanyahu.

¹⁵⁴ Foi criado na década em que terminou a Guerra Fria.

¹⁵⁵ Pois, conforme referido, uma das maneiras de alargar a jurisdição do TPI é se a situação em questão lhe foi denunciada pelo CSONU, tal como foi no caso de Omar Al-Bashir. Contudo, em relação a Putin, bem como a outro chefe de um Estado com assento no CSONU tal expediente não funcionaria, devido ao direito de veto destes Estados sobre o CSONU, consagrado no n.º 3 do artigo 27.º da Carta da ONU. Pode assim ser pertinente, para a justiça criminal internacional, rever o direito de veto de certos Estados sobre o CSONU

9. Referências

- AKANDE, Dapo- *International Law Immunities and the International Criminal Court*, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 407 a 433.
- AKSÜNGER, Selman- *Netanyahu arrest warrant delayed in ICC for 5 months*. AA. [Em linha]. (29 de outubro de 2024). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/netanyahu-arrest-warrant-delayed-in-icc-for-5-months/3377820>>.
- ASSOCIATED PRESS- *Russia's Putin visits Mongolia, defies international warrant for his arrest*. VOANEWS. [Em linha]. (3 de setembro de 2024). [Consult. 22 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.voanews.com/a/russian-leader-putin-visits-mongolia-defies-international-warrant-for-his-arrest/7769299.html>>.
- BEW, John- *Realpolitik: a history*, Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BISCHOFF, Wesley- Em entrevista, Lula diz que Putin não será preso se vier ao Brasil. G1. [Em linha]. (9 de setembro de 2023). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/09/em-entrevista-lula-diz-que-putin-nao-sera-preso-se-vier-ao-brasil.ghtml>>.
- BOOTY, Natasha; ROSS, Will- *Arresting Vladimir Putin in South Africa would be 'declaration of war', says Ramaphosa*. BBC News. [Em linha]. (18 de julho de 2023). [Consult. 22 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.bbc.com/news/world-africa-66238766>>.
- CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart e SCHRAMM, Fernanda Santos- *O alcance da jurisdição do Tribunal Penal Internacional em face das imunidades dos Chefes de Estado: uma abordagem à luz do caso Sudão*, in *Revista Eletrônica Direito e Política*, V.10, n.º3, 2º quadrimestre de 2015, p. 1528 a 1557.
- CARTER, Sarah- *Debate over possible Putin visit heats up in South Africa amid U.S. "concern" over BRICS intentions*. CBS News. [Em linha]. (2 de junho de 2023). [Consult. 22 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.cbsnews.com/news/vladimir-putin-south-africa-icc-arrest-warrant-brics-summit-us-concern/>>.
- CASSESE, Antonio, et. al.- *Cassese's International Criminal Law*, third edition, Oxford: Oxford University press, 2013.
- CRANE, Gregory- *Thucydides and the Ancient Simplicity: the limits of political realism*, (Oakland: University of California Press), 1998.
- CROWE, David M.- *War Crimes, Genocide, and Justice: A Global History*, (Berlin: Springer), 2013.
- DABANGA SUDAN- *Sudan's Forces for Freedom and Change: 'Hand Al Bashir to ICC'*. *Dabanga Sudan*. [Em linha]. (5 de novembro de 2019). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/sudan-s-forces-for-freedom-and-change-hand-al-bashir-to-icc>>.
- DE HOON, Marieke- *The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC's Legitimacy*, in *International Criminal Law Review*, n.º 17, 2017, p. 591 a 614.
- DUTTON, Yvonne e STERIO, Milena- *The War in Ukraine and the Legitimacy of the International Criminal Court*, in *American University Law Review*, Volume 72, issue 3, 2023, p. 779 a 828.
- EUROPEAN PARLIAMENT DIRECTORATE GENERAL FOR PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICES- *Mongolia's top trade partners*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2024. [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WW- W:<URL: <https://epthinktank.eu/2024/09/02/eu-mongolia-relations-possible-critical-raw-materials-partnership/mongolia-s-top-trade-partners/>>.
- FISCHER, Lukas- *The relationship between the African Union and the International Criminal Court – Is the ICC targeting Africa?* [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2022. [Consult 23 mar. 2025]. Disponível WWW:<URL: <https://africanlegalstudies.blog/2022/09/09/the-relationship-between-the-african-union-and-the-international-criminal-court-is-the-icc-targeting-africa/>>.
- FORNUSEK, Martin- *The Economist estimates 60,000-100,000 Ukrainian soldiers killed in full-scale war*. *The Kyiv Independent*. [Em linha]. (27 de novembro de 2024). [Consult. 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://kyivindependent.com/economist-casualties-estimates/>>.

- INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL- *Immunities from Jurisdiction and Execution of Heads of State and of Government in International Law*. [Em linha]. Ghent : Session of Vancouver – 2001. [Consult. 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2001_van_02_en.pdf>.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT- *Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Ivanovich Kobylash and Viktor Nikolayevich Sokolov*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2024. [Consult. 15 mar. 2024]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-sergei-ivanovich-kobylash-and>>.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT- *Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Kuzhugetovich Shoigu and Valery Vasilyevich Gerasimov*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2024. [Consult. 15 mar. 2024].Disponível em WWW:<URL: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-sergei-kuzhugetovich-shoigu-and>>.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT- *Situation in the State of Palestine: ICC Pre-Trial Chamber I rejects the State of Israel's challenges to jurisdiction and issues warrants of arrest for Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2024. [Consult. 22 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-state-palestine-icc-pre-trial-chamber-i-rejects-state-israels-challenges>>.
- JOCHECOVÁ, Ketrin- *Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin*. *Politico*. [Em linha]. (3 de setembro de 2024). [Consult. 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.politico.eu/article/mongolia-failure-arrest-vladimir-putin-international-warrant-international-criminal-court/>>.
- KOLODKIN, Roman Anatolevich- *Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2008. [Consult 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_601.pdf>.
- KREß, Claus e PROST, Kimberly, *Artigo 98*, in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, (Oxford: Hart Publishing), 2016, p. 2117 a 2146.
- LIBOREIRO, Jorge- *Brussels urges Mongolia to comply with ICC request and arrest Putin during official visit*. *Euronews*. [Em linha]. (2 de setembro de 2024). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WW- W:<URL: <https://www.euronews.com/my-europe/2024/09/02/brussels-urges-mongolia-to-comply-with-icc-request-and-arrest-putin-during-official-visit>>.
- MAGDY, Samy- *Official: Sudan to hand over al-Bashir for genocide trial*. *Associated Press*. [Em linha]. (11 de fevereiro de 2020). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://apnews.com/article/trials-war-crimes-middle-east-africa-khartoum-c6698024bdd7f1cade89b9b4101d25c1>>.
- MARTINS, Margarida Salema d'Oliveira- *Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao Processo 137/06.TVLSB.L1-7*, in *Anuário Português de Direito Internacional* 2011, 2012, p. 107 a 115.
- MARTINS, Margarida Salema d'Oliveira- *Direito Diplomático e Consular*, (Lisboa: Universidade Lusíada Editora), 2011.
- MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES- Q&A - *Extract from the press briefing* (2 September 2024). *France Diplomacy*. [Em linha]. (2 de setembro de 2024). [Consult. 23. Mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/international-justice/news/article/q-a-extract-from-the-press-briefing-2-sep-2024>>.
- MULLIGAN, Gerard- *Genocide in the Ancient World*, in *World History Encyclopedia*. [Em linha]. [S.l.]. World History Encyclopedia [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL <https://www.worldhistory.org/article/485/genocide-in-the-ancient-world/>>.
- PEYTON, Nellie; MIRIDZHANIAN, Anait- *South Africa says Putin to stay away from BRICS summit*. *Reuters*. [Em linha]. (19 de julho de 2023). [Consult. 22 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.reuters.com/world/south-africa-putin-will-not-attend-brics-summit-by-mutual-agreement-2023-07-19/>>.
- PINHEIRO, Fábio Abel de Oliveira- *Core International Crimes e as Imunidades de Direito Internacional* [Em linha]. Coimbra: [s.n.], 2014. Dissertação para obtenção do grau de Mestre, apresentada à Faculdade

- de Direito da Universidade de Coimbra. [Consult. 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/28433/1/Core%20international%20crimes%20e%20as%20imunidades.pdf>>.
- PLUECKHAHN, Rebekah- *Mongolia's decision not to arrest Putin was no surprise. Pursuit*. [Em linha]. (18 de outubro de 2024). [Consult. 22 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://pursuit.unimelb.edu.au/articles/mongolias-decision-not-to-arrest-putin-was-no-surprise>>.
- REUTERS- *France declines to say whether it would arrest Putin under ICC warrant. Reuters*. [Em linha]. (28 de novembro de 2024). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.reuters.com/world/europe/france-declines-say-whether-it-would-arrest-putin-under-icc-warrant-2024-11-28/>>.
- RIBEIRO, Neidy- Lula da Silva: “Cabe à justiça decidir sobre o mandado de detenção contra Putin”. *RFI*. [Em linha]. (11 de setembro de 2023). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.rfi.fr/pt/mundo/20230911-lula-da-silva-cabe-a-justica-decidir-sobre-o-mandado-de-detencao-contra-putin>>.
- ROCHAU, Ludwig August von- *Grundsätze der Realpolitik, Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands*, vol. 1 (Stuttgart: Karl Göpel, 1859), p. 23.
- ROBERTSON, Noah- *Russia casualties reach 600,000 during war in Ukraine, Pentagon says. DefenceNews*. [Em linha]. (9 de outubro de 2024). [Consult. 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.defensenews.com/pentagon/2024/10/09/russia-casualties-reach-600000-during-war-in-ukraine-pentagon-says/>>.
- SANTOS, Sofia Ferreira- *Ukraine calls on Mongolia to arrest Putin ahead of visit. BBC News*. [Em linha]. (30 de Agosto de 2024). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.bbc.com/news/articles/c0e852r50x7o>>.
- SINGHI, Yash- *Head of State Immunity: The ICC's biggest impediment*, in *Indian Journal of International Law*, Volume 59, (2021), p. 391 a 410.
- SONG, Sang-Hyun- *The Independence of the ICC and Safeguards Against Political Influence, Speech Outline*, in International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy. [Em linha]. [S.l.: Beijing], 2007. [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://icclcr.org/wp-content/uploads/2019/06/IndependenceofICC.pdf?x73526>>.
- THE DIPLOMATIC SERVICE OF THE EUROPEAN UNION- *Mongolia: Statement by the Spokesperson on the visit of the Russian President. EEAS Press Team*. [Em linha] (3 de setembro de 2024). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: https://www.eeas.europa.eu/_en>.
- THE TIMES OF ISRAEL- *France says Netanyahu, Gallant have immunity from ICC charges, won't arrest them. Times of Israel*. [Em linha]. (27 de novembro de 2024). [Consult. 23. Mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.timesofisrael.com/france-says-it-respects-icc-warrants-but-implies-netanyahu-may-be-immune-to-arrest/>>.
- THE WHITE HOUSE- *Imposing sanctions on the International Criminal Court. The White House*. [Em linha]. (6 de fevereiro de 2025). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/imposing-sanctions-on-the-international-criminal-court/>>.
- THOMSEN, Jacqueline e SCARCELLA, Mike- *Explainer: How could Russia's Putin be prosecuted for war crimes in Ukraine? Reuters*. [Em linha]. (4 de abril de 2022) [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.reuters.com/world/how-could-russias-putin-be-prosecuted-war-crimes-ukraine-2022-03-22/>>.
- TORTELLA, Tiago- *Por que Vladimir Putin não vem à Cúpula do G20 no Rio de Janeiro? Entenda. CNN Brasil*. [Em linha]. (11 de novembro de 2024). [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-vladimir-putin-nao-vem-a-cupula-do-g20-no-rio-de-janeiro-entenda/>>.
- TRENDECONOMY- *South Africa | Imports and Exports | World | ALL COMMODITIES | Value (US\$) and Value Growth, YoY (%) | 2012 – 2023*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2023. [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível

- em WWW:<URL: <https://trendeconomy.com/data/h2/SouthAfrica/TOTAL>>.
- TRIFFTERER, Otto e BURCHARD Christoph, *Artigo 27.º*, in TRIFFTERER, Otto e AMBOS, Kai- *Rome Statute of the International Criminal Court- A Commentary*, 3ª Edição, (Oxford: Hart Publishing), 2016, p. 1037 a 1055.
- TUCÍDIDES- *História da Guerra do Peloponeso*, Livro 5.
- WINIARCZYK, Marek- *Diagoras of Melos: A Contribution to the History of Ancient Atheism*, (Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co KG), 2016.
- WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION- *Mongolia Fuels Imports by country in US\$ Thousand 2022*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2023. [Consult. 23 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/MNG/Year/LTST/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Product/27-27_Fuels>.
- YAMAN, Dilara Karmen- *Heads of States Before de ICC: On the Arrest Warrant against Putin and Its Consequences*. [Em linha]. [S.l. : s.n.], 2023. [Consult 15 mar. 2025]. Disponível em WWW:<URL: <https://voelkerrechtsblog.org/heads-of-states-before-the-icc/>>.

Jurisprudência

- Arrest Warrant of 11 April 2000 (Democratic Republic of the Congo v. Belgium)*, Judgment, I.C.J. Reports 2002, Judgment of 14 February 2002.
- ICC-01/22-90 24-10-2024 (*Finding under article 87(7) of the Rome Statute on the non-compliance by Mongolia with the request by the Court to cooperate in the arrest and surrender of Vladimir Vladimirovich Putin and referral to the Assembly of States Parties*).
- ICC-02/05-01/09-157 15-07-2013 (*Decision Regarding Omar Al-Bashir's Visit to the Federal Republic of Nigeria*).
- ICC-02/05-01/09-162 (*Decision Regarding Omar Al-Bashir's Potential Travel to the United States of America*).
- Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy :Greece intervening)*, Judgment, I.C.J. Reports 2012, p. 99.
- Regina (the Crown) v. Bartle and the Commissioner of Police for the Metropolis and Others ex parte Pinochet*, House of Lords, Great Britain (UK), Judgement, 24 march 1999, Session 1998-99.

(English version) ¹

1. Introduction

On 24 February 2022, some 190,000 Russian troops invaded Ukraine, thus marking the start of the latest phase of a conflict that has been dragging on since 2014 and which, according to various statistics, is the deadliest conflict on the European continent since the Second World War²⁻³.

This conflict has once again brought to the fore a relatively new institution in the international landscape which, according to some authors, was suffering from a 'crisis of legitimacy'⁴: the ICC. This is because, on 17 March 2023, as a consequence of the acts committed in the wake of the Russian invasion, the ICC issued two international arrest warrants, one against Vladimir Putin and the other against the Russian Commissioner for Children's Rights, Maria Alekseyevna Lvova-Belova, the first warrants to be issued, as a result of the aforementioned conflict, against Russian citizens⁵⁻⁶.

Paradoxically, it seems possible to argue that this apparent position of strength on the part of the ICC may ultimately have contributed to the worsening of its crisis, given that in September 2024, Vladimir Putin travelled to a State Party to the Rome Statute, Mongolia, sparking debate as to whether or not this State had an obligation to arrest him and extradite him to the ICC, an issue to which we shall devote a considerable part of this study. However, what is certain is that no arrest took place, with a spokesperson for the Mongolian Government 'justifying' the actions taken by their State on the basis of its dependence on Russia⁷.

Such an attitude, which is, in our view, the most significant development in the entire proceedings against Vladimir Putin, has sparked a major wave of protest⁸. More importantly, we believe it has raised a crucial question: the relinquishment of internationally assumed obligations in the face of demands of *Realpolitik* or 'political realism'. It is this question that the present study aims to address, as well as attempting to anticipate the outcome of the "Putin Case". Finally, we shall offer some reflections on the entire process.

2. The ICC . Background, characteristics, structure and criminal jurisdiction

a) Since time immemorial, there has been a temptation among victors to punish defeated Heads of State for their role in international conflicts.

The first proposal to establish a permanent International Criminal Court dates back to 1919, when, at the Paris Peace Conference, it was proposed to create an international tribunal to try political leaders accused of international crimes committed during the Great War, with the intention of trying the man who would come to be regarded as the main culprit for the conflict, the *Kaiser* (German Emperor) Wilhelm II⁹ was expressly set out in Article 227 of the Treaty of Versailles¹⁰.

As historical precedents for the ICC, it is also worth mentioning the two tribunals established after the Second World War: the Nuremberg Tribunal to try the Nazi leaders, and the International Military Tribunal for the Far East, based in Tokyo, to bring Japanese leaders to trial.

The ICC emerged at the end of the 20th century, at a time of revolution in international criminal justice, which definitively broke with a past of impunity that had prevailed until then; within a few short years, two *ad hoc* International Criminal Tribunals¹¹ were established, and finally a permanent International Criminal Court¹²: the ICC. All these institutions were established on the premise that the world should be understood as a cosmos, an innate unity of all humanity, over which there should be a global judicial authority with the power to prosecute and punish what was universally considered to be wrong¹³, something that appears to be confirmed from the outset by the provisions of Article 1 of the Rome Statute¹⁴.

b) The ICCPR has two characteristics that are particularly relevant to the purpose of this study: its complementary nature and its contractual nature.

As regards the first, it is clear from Article 1 of the ERTPI that it is complementary to national jurisdictions. This provision is further supplemented by Article 17(1)(a) of the ERTPI, from which it follows that a case shall fall within the jurisdiction of the ICC only if the State having jurisdiction over it "is unwilling to carry out the investigation or proceedings or lacks the effective capacity to do so".

As for its contractual nature, this is a key difference between the ICC and previously established criminal courts. The ICC was established by the Rome Statute "as a treaty of an eminently contractual nature. (...) all States that voluntarily chose to ratify the Rome Statute agreed to the terms set out therein, subjecting themselves to the set of rights and duties established therein"¹⁵ (the reverse being also true¹⁶).

c) The ICC consists of four bodies: i) the Presidency; ii) the Judicial Divisions; iii) the Office of the Prosecutor; iv) the Registry.

The judicial divisions comprise three subdivisions, namely: i) the trial division; ii) the appeals division; and iii) the criminal investigation courts¹⁷. It is the latter that are of particular importance for this study: under the ERTPI, they have the power, at the request of the Prosecutor, to issue arrest warrants [Article 57(3)(a) and Article 58(1) of the ERTPI].

These arrest warrants have the consequences set out in Articles 86 et seq. of the ERTPI, which include the surrender of persons to the ICC, as provided for in

Article 89 of that Act.

d) The jurisdiction of the ICC covers only four crimes, which are set out in Articles 6, 7, 8 and 8 bis of the Rome Statute, namely: i) Genocide; ii) Crimes against humanity; iii) War crimes; and iv) Aggression¹⁸. In relation to any of these crimes, the ICC only has jurisdiction to prosecute acts committed after the entry into force of the Rome Statute¹⁹.

As for the manner in which the ICC exercises its jurisdiction, three alternatives are conceivable: i) A referral by a State Party to the Prosecutor²⁰; ii) A referral by the UN Security Council, acting under Chapter VII of the UN Charter²¹; and iii) The Prosecutor's own initiative²².

With regard to the jurisdiction of the ICC, Article 27 of the Rome Statute²³, under the heading 'Irrelevance of official capacity', is of paramount importance. This article has significant implications for one of the most classic institutions of public international law: the immunities of Heads of State, which will be analysed *below*.

3. The immunities of Heads of State

The immunities of Heads of State are an extremely ancient reality, cited by some authors as the main obstacle to an international criminal legal order²⁴⁻²⁵.

The truth is that this reality is not codified in any statute²⁶; references to it can only be found in certain legal instruments. This is because, quite simply, to this day, "the legal status of the Head of State has not (...) been the subject of a multilateral convention or any attempt at codification"²⁷. Indeed, when the UN Member States drafted a convention specifically on this subject, the United Nations Convention on Jurisdictional Immunities of States and Their Property²⁸, they included in it a provision (Article 3(2)) which excludes from its scope the immunities conferred *ratione personae* on the Head of State²⁹. Nevertheless, it is possible to find some references to the immunity of the Head of State in various texts of international law. First of all, it follows from subparagraph (a) of paragraph 1 of the Convention on the Prevention and Punishment of Offences against Internationally Protected Persons, including Diplomatic Agents, that the Head of State enjoys international protection³⁰.

The immunity of the Head of State is, moreover, supported by logical arguments: the Head of State is an organ of the State³¹. As considered by the Institut de Droit International in the resolution resulting from its 2001 Vancouver session³²:

that special treatment is to be given to a Head of State or a Head of Government, as a representative of that State and not in his or her personal interest, because this is necessary for the exercise of his or her functions and the fulfilment of his or her responsibilities in an independent and effective manner, in the well-conceived interest of both the State or the Government of which he or she is the Head and the international community as a whole.

However, even in that resolution, it was expressly stated in Article 11(1)(b) and (3) that the foregoing does not mean that the Head of State enjoys immunity before the ICC.

However, the primary source of immunity for Heads of State, as expressly stated in the international norms that briefly address it, is custom³³, which always entails uncertainties³⁴.

3.1. Types of immunity for Heads of State

Both legal doctrine and the case law of international courts are unanimous in recognising that there are two types of immunity: immunities *ratione personae* and immunities *ratione materiae*.

It should also be noted that these immunities are not to be confused with immunities from jurisdiction, which will be analysed *below*.

3.1.1. Immunities *ratione personae*

These immunities derive from a person's official position within the government of a State and from the functions thereby assigned to them³⁵, which is why only the highest offices of the State enjoy them³⁶. They serve to render the persons in question inviolable, so that they may perform their duties free from any impediment³⁷.

These are the oldest forms of immunity, having arisen because the Head of State was considered to be vested with sovereign functions and to be the very embodiment of the State³⁸. Over time, State immunity and the immunity of the Head of State came to be distinguished from one another, but the immunity *ratione personae* of the Head of State is still generally recognised today³⁹.

The following characteristics may be attributed to these immunities: i) they relate to procedural law⁴⁰, rendering the beneficiary immune from any civil or criminal proceedings; ii) they cover official or private acts performed by the state official whilst holding the office conferring immunity, as well as private or official acts that took place prior to taking office; iii) they serve only to protect certain categories of state officials; iv) they cease when the state official leaves the office that conferred such immunity⁴¹; v) they may not apply *erga omnes*⁴².

This reality was brilliantly summarised by Lord Browne-Wilkinson in the *House of Lords'* decision regarding the Pinochet case on 24 March 1999⁴³:

It is a basic principle of international law that one sovereign state (the forum state) does not adjudicate on the conduct of a foreign state. The foreign state is entitled to procedural immunity from the processes of the forum state. This immunity extends to both criminal and civil liability. State

*immunity probably grew from the historical immunity of the person of the monarch. In any event, such personal immunity of the head of state persists to the present day: the head of state is entitled to the same immunity as the state itself. The diplomatic representative of the foreign state in the forum state is also afforded the same immunity in recognition of the dignity of the state which he represents. This immunity enjoyed by a head of state in power and an ambassador in post is a complete immunity attaching to the person of the head of state or ambassador and rendering him immune from all actions or prosecutions, whether or not they relate to matters done for the benefit of the state. Such immunity is said to be granted *ratione personae*.*

As regards Vladimir Putin, he is a Head of State, so it is safe to conclude that he benefits from these immunities.

3.1.2. Immunities *ratione materiae*

These immunities, also classified as functional immunities, relate to the conduct of a state official acting in the performance of their duties, with a view to protecting the official nature of the act performed⁴⁴.

The following characteristics are attributed to immunities *ratione materiae*: i) they relate to substantive law; they constitute a substantive defence; in the event of a breach of national or international law, liability lies not with the State official but with the State itself which the official represents; ii) they cover official acts of any State official, *whether de jure or de facto*; iii) they do not cease with the end of the term of office conferring them, as the act is not attributed to the person performing it but to the State they represent; iv) they operate *erga omnes* and may be invoked against any State⁴⁵.

In other words, highlighting the characteristics most relevant to this study: if a state official, such as a Head of State, commits an act that violates the international legal order, that act is legally attributable to the State which he or she represents, which is why only the State can be held liable for it⁴⁶. As such, these immunities do not have a personal dimension⁴⁷.

The distinction between these two types of immunity is of little significance when discussing the immunities of high-ranking state officials, such as the Head of State, for the simple reason that the immunity *ratione personae* of such persons already encompasses immunity *ratione materiae*⁴⁸.

3.2. Immunities of state jurisdiction

One aspect that warrants a brief mention is the immunities of state jurisdiction. These immunities are based on the Latin phrase **par in parem non habet*

*imperium*⁴⁹, which is currently reflected to some extent in Article 2(1) of the UN Charter⁵⁰, and are generally accepted as a principle of customary international law⁵¹. They reflect the conclusion that, due to the independence and sovereignty recognised for all States, no State has power over another⁵² and, as such, cannot sue other States in its domestic courts⁵³⁻⁵⁴.

These immunities enjoyed by the State are essentially intended to fulfil three functions: a) to constitute a mechanism capable of ensuring respect for the duty of non-interference in relations between sovereign States; b) to allow a distinction to be made between the public and private acts of a sovereign State; c) to facilitate the determination of the competent jurisdiction for resolving cases involving the activities of a sovereign State⁵⁵.

However, there is a crucial difference between these immunities and the immunities of the Head of State: the beneficiary of these immunities – the State itself or the individual holding a specific office within the State structure. Thus, in the case of Vladimir Putin analysed here, these immunities appear to be redundant⁵⁶; it is not the Russian Federation that is currently being prosecuted by the ICC, but Vladimir Putin himself.

3.3. The immunities of Heads of State and the ICC

It is legitimate to question whether personal immunities also apply to international crimes⁵⁷, even when the perpetrator is a Head of State. To answer this, it is necessary to consider two provisions enshrined in the Rome Statute: Article 27 and Article 98.

Article 27 of the Rome Statute enshrines the principle of the irrelevance of official capacity, having been introduced to make explicit individual responsibility for international crimes committed in the name of or on behalf of a State⁵⁸.

Article 98 of the ERTPI, on the other hand, arose due to concerns expressed by the States that participated in the ERTPI negotiations regarding the possibility of conflicting international obligations, something that was particularly relevant in the context of SOFAs⁵⁹⁻⁶⁰.

The immunities referred to in the preceding points, however, apply only in respect of domestic offences, which is why their agents, once they leave the post that conferred immunity upon them, may, in theory, be tried⁶¹ by the domestic courts of a State (and, conversely, whilst holding office they enjoy immunity). This understanding finds jurisprudential support in paragraphs 51 to 57 of the so-called *Arrest Warrant* decision of the ICTY, delivered on 14 February 2002.

However, for five reasons, the above does not apply when dealing with international courts, particularly the ICC: i) on analysing the aforementioned decision, it is expressly stated in paragraph §61 thereof that “an incumbent or former Minister for Foreign Affairs may be subject to criminal proceedings before certain

international criminal courts, where they have jurisdiction⁶²⁻⁶³; ii) the reason why certain officials enjoy immunities from the jurisdiction of other States does not apply in the context of international criminal jurisdiction; iii) the rules designed to protect the sovereign functioning of States do not bind international criminal courts, which are not state bodies but rather organs of the international community; and iv) the current state of international law points towards the maximum extension of the protection of human rights, which justifies the punishment of those who commit acts capable of jeopardising those rights⁶⁴. As such, it is safe to conclude that immunities do not apply to cases involving the commission of international crimes⁶⁵.

Within the scope of the ICC, it must therefore be concluded that the Rome Statute derogates from the immunities of Heads of State, thereby conferring upon its States Parties the power and duty to arrest and extradite to The Hague senior officials of other States, including a Head of State in office, where an ICC arrest warrant has been issued against such officials⁶⁶.

Nor should the argument be raised that, in the case under consideration here, Mongolia could rely on Article 98 of the ERTPI, as this only becomes relevant when a request for surrender could create a conflict of international obligations for the requested State⁶⁷, as it is certain that no such conflict existed here: Mongolia was obliged to arrest Vladimir Putin and subsequently extradite him, as decided by the ICC's Pre-Trial Chamber II in its decision of 24 October 2024⁶⁸.

Having reached this conclusion, it is important to discuss another of the pillars of this study: *Realpolitik*.

4. *Realpolitik*: concept

Realpolitik is an idea that can be traced back to the mid-19th century, having emerged from the collision of the Enlightenment with the process of nation-state formation and with 'great power politics'; in a world grappling with the fundamental problems of modernity, such as the clash between ideas of freedom and social order, industrialisation, class antagonism, nationalism and international rivalries, its emergence being inextricably linked to the various revolutions of 1848⁶⁹.

In 1853, Ludwig August von Rochau published a book entitled "The Foundations of *Realpolitik*, Applied to the Present State of Germany"⁷⁰⁻⁷¹. This work was based on four principles: i) the law of force was the determining factor in politics, and sovereignty was not a natural right but rather a reflection of power⁷²; ii) the most effective form of government was one that incorporated the most powerful social forces within the state, harnessed their energies and harmonised them, which is why the state with the greatest internal harmony would be the one with the greatest potential; iii) in practical terms, immoral or uncultured ideas would often be more powerful than noble ones; and iv) modernity had altered the nature

of politics⁷³. For this study, the first and third points are particularly relevant.

The term was associated above all with contemporary statesmen of the aforementioned author, such as Klemens Wenzel von Metternich⁷⁴ and Otto von Bismarck⁷⁵⁻⁷⁶, although it is also associated with figures from other eras, such as Machiavelli, Richelieu and Harry Kissinger⁷⁷. In the final decades of the 20th century, this concept became one of the most frequently used terms in debates on US foreign policy during the presidencies of Richard Nixon, Gerald Ford and Jimmy Carter⁷⁸, with one example from the latter's presidential term being the support granted by the US to *the Shah* of Iran during the 1970s with the aim of weakening the Soviet Union⁷⁹.

As such, the concept of *Realpolitik* can, in short, be defined as political realism; or, in other words, the prioritisation of political options that yield real economic and/or power gains for a state over those based on abstract principles and/or ideologies (or, conversely, the avoidance, in the name of some abstract principle, of actions that may cause harm to the state making that choice).

Given this definition, it is easy to understand the actions of certain countries in the face of Vladimir Putin's moves or the prospect of such moves, as we shall analyse in the following chapters.

5. The Vladimir Putin case

The crux of the case triggered by Vladimir Putin's visit to Mongolia concerns that country's failure to comply with its obligation to surrender Vladimir Putin to the ICC.

The arrest warrant issued against Vladimir Putin is not the first instance in which arrest warrants have been issued by this Court against a Head of State, and, as of today, it is no longer even the most recent⁸⁰, although it is the first against a Head of State of a state with a seat on the UN Security Council⁸¹. To better explain the details of the case against Vladimir Putin, we believe it is worth briefly touching upon another very similar case: that of Omar Al Bashir.

5.1. The case of Omar Al Bashir

Omar Al Bashir was President of Sudan (a non-signatory to the Rome Statute) from 16 October 1993 to 11 April 2019, the date on which he was removed from power by a coup d'état carried out by the armed forces.

In 2008, the ICC Prosecutor charged Omar Al Bashir with genocide, crimes against humanity and war crimes committed in Darfur. The first arrest warrant was issued by the ICC Pre-Trial Chamber on 4 March 2009 for the latter three crimes. On 12 July 2010, a further arrest warrant was issued for three counts of genocide.

Whilst the arrest warrant against him was in force, Omar Al Bashir made a

number of trips to other states, notably signatories to the Rome Statute of the ICC, with the ICC concluding that one signatory state, Nigeria, was obliged to arrest and extradite him⁸².

However, there is a significant difference between the two: the case of Omar Al Bashir was referred to the ICC by the UN Security Council pursuant to Resolution No. 1593 (2005) of 31 March 2005, on the basis of Article 13(b) of the Statute of the ICC, which “gives rise to the argument that submission (...) to the jurisdiction of the Court [ICC] would have the same binding force as the UNSC’s other resolutions”⁸³, that is, binding all member states of that organisation to comply⁸⁴. This fact is relevant because, incidentally, it is extremely unlikely to happen in relation to Vladimir Putin, given the veto power that Russia holds over the UNSC under Article 27(3) of the UN Charter, which grants it a veto right over this body.

The case of Omar Al Bashir immediately exposed one of the ICC’s major weaknesses: its dependence on state cooperation, due to the absence of its own police force⁸⁵. As brilliantly summarised by Luiz Henrique Urquhart Cardemartori and Fernanda Santos Schramm, “given the absence of an autonomous enforcement force, the exercise of the Court’s jurisdiction is conditional upon the cooperation of other States”⁸⁶. This weakness was also ultimately confirmed in the case of Vladimir Putin, as we shall see *below*.

5.2. V. Putin’s travels whilst the arrest warrant was pending

After the ICC warrant was issued against him, Putin went on to visit several countries, namely China, North Korea, Vietnam and Kazakhstan⁸⁷. However, none of these States is a signatory to the Rome Statute, so going into detail about these trips seems pointless. Nevertheless, it is worth noting the events surrounding Vladimir Putin’s trips (or attempted trips) to other states that are signatories to the Rome Statute.

5.2.1. Trip to South Africa

Between 22 and 24 August 2023, the 15th BRICS Summit took place in Johannesburg, South Africa; Russia is a member of this organisation. As a signatory state to the ERTPI, South Africa was obliged, under Article 86 of the ERTPI, to cooperate with the Court.

In early June 2023, reports emerged that the South African government, in order to avoid pressure to arrest Putin, was considering a proposal to move the summit to China⁸⁸. Even within South Africa itself, Putin’s visit caused a rift, with the largest opposition party launching legal proceedings to force the government to comply with the ICC’s arrest warrant⁸⁹. However, the country’s president, Cyril Ramaphosa, argued that any attempt to arrest Vladimir Putin on South African soil

would amount to a declaration of war against Russia⁹⁰.

To resolve this dilemma facing South Africa, on 19 July 2024, the Kremlin issued a statement confirming that Putin would not leave Russian territory, instead participating in the conference via video call and being represented in person by Sergey Lavrov⁹¹.

In this way, not only was South Africa's position safeguarded, but also the prestige of the ICC, which managed, to some extent, to influence Vladimir Putin's actions.

5.2.2. Trip to Mongolia

On 29 August 2024, the Kremlin announced that Vladimir Putin planned to visit Mongolia the following week, on 3 September 2024.

The day before, Mongolia sent a *note verbale* to the ICC, in which it requested clarification from the Court regarding the arrest warrant issued against Putin, given that it understood that Vladimir Putin, as the incumbent head of state, enjoyed immunities *ratione personae* and *ratione materiae*, further arguing that proceeding with the arrest would violate legal obligations previously undertaken⁹². The ICC replied to Mongolia on the same day, stating that the personal immunity of a Head of State was waived under the Rome Statute, and that the submissions made by Mongolia did not reveal any legitimate reason preventing Mongolia from fulfilling the obligations assumed under the Rome Statute⁹³.

However, when Putin landed in Mongolia on 3 September 2024, he was greeted with a red carpet and a military parade, something which, unfortunately, was already foreseeable, as, even before Putin's arrival, a spokesperson for the Mongolian government had emphasised that the country was in a position of energy dependence on Russia⁹⁴. Furthermore, the Kremlin spokesperson stated, days before Putin's visit, that there were no concerns whatsoever, owing to good dialogue with Mongolia's "friends", and that every aspect of the visit had been carefully prepared⁹⁵.

When it became clear that Mongolia would not detain Vladimir Putin, Heorhii Tykhii, spokesperson for the Ukrainian Ministry of Foreign Affairs, said that this conduct was "a heavy blow to the ICC and the international criminal justice system", adding that Mongolia had allowed a criminal to escape justice, and that Ukraine would work with its partners to ensure that the omission would have consequences for Mongolia⁹⁶.

5.2.3. Visit to Brazil

Although this comes after the visit to Mongolia, it is worth reflecting on another of Vladimir Putin's (planned) trips, this time to Brazil, another signatory state

of the ERTPI, on the occasion of the G20 Summit, which took place in Rio de Janeiro between 18 and 19 November 2024.

As soon as he was first asked whether Putin might or might not attend this summit, on 9 September 2023, President Lula da Silva stated that “I think Putin can go to Brazil without any worries. I can tell you, if I am the President of Brazil and he comes to Brazil, there is no reason for him to be arrested”⁹⁷. However, two days later, he was already stating that whether or not to detain Vladimir Putin on Brazilian soil would be a judicial decision and not one for his Government, saying categorically that “I don’t know if the Brazilian courts will arrest him. That is for the courts to decide, not the Government, nor Parliament. It is the courts that will decide”⁹⁸. However, Putin ultimately did not attend the summit, sending his Foreign Minister in his place, stating that his presence could disrupt the normal proceedings of the summit⁹⁹.

5.2.4. Conclusions

Given the aforementioned definition of *Realpolitik*, Mongolia’s actions are easily understood.

For all intents and purposes, Vladimir Putin is the President of the Russian Federation, a country which, although no longer a superpower as the Soviet Union once was, continues to have a substantial economy, the largest nuclear arsenal on the planet, extremely powerful armed forces and vast energy resources, and is consequently one of the most significant and powerful countries in the world. It is also a well-known fact that under Vladimir Putin’s regime, Russia has a ‘track record’ of invading its neighbours, which naturally instils some fear in Mongolia regarding what might happen to it if it were to fulfil the mandate—a fear which, as we have seen *above*, had already been demonstrated during the visit to South Africa¹⁰⁰. However, this concern would obviously be greater in the case of Mongolia, which shares a border with Russia.

Setting aside military factors, Russia is Mongolia’s second-largest trading partner¹⁰¹; according to World Bank data, Mongolia imports 62.98% of its energy from Russia¹⁰². If Mongolia were to comply with the ICC’s warrant, it would risk, at the very least, severe economic sanctions that would be disastrous for its economy and, at worst, a Russian military invasion.

In conclusion, there is a fear of and dependence on Russia in Mongolia, and this clearly weighed heavily on the Mongolian authorities, who made a decision guided by criteria of political realism: they simply opted for the least damaging choice.

6. Consequences for Mongolia

In view of the above, it is indisputable that, by failing to comply with the ar-

rest warrant issued against Vladimir Putin, Mongolia has breached an international obligation incumbent upon it. However, the key question that follows is what consequences this action may have for the Mongolian state.

To answer this question, we must first refer to Article 87(7) of the ERTPI, which states that

If, contrary to the provisions of this Statute, a State Party refuses a request for cooperation made by the Court, thereby preventing it from exercising its powers and functions under this Statute, the Court may draw up a report and refer the matter to the Assembly of States Parties or to the Security Council, where the latter has referred the matter to the Court.

In the case of Vladimir Putin, as it was not the UN Security Council that referred the matter to the ICC, the competent body to deal with this non-compliance will be the Assembly of States Parties, pursuant to Article 112(2)(f) of the Rome Statute¹⁰³, which provides that the Assembly is the competent body to consider “any matter relating to non-cooperation by States”¹⁰⁴.

Regarding non-compliance with requests for cooperation, Claus Kreß and Kimberly Prost point out that, in such cases, the AEP may invoke the State’s international responsibility, demand its cooperation and condemn its wrongful conduct on the international stage¹⁰⁵. This is because, the same authors continue, under the ILC Articles, the failure of a State Party to the ERTPI to comply with a request for cooperation addressed to it by the ICC constitutes a breach of that State’s international obligations, amounting, under customary international law, to an “internationally wrongful act”, thereby giving rise to the liability of that State¹⁰⁶, under Article 2(b) of the ILC Articles¹⁰⁷, unless it invokes a ground of justification for that act¹⁰⁸.

However, the applicable provisions of the ERTPI do not provide an answer as to what sanctions are applicable. As Claus Kreß and Kimberly Prost explain¹⁰⁹,

The obligations under Part 9 of the Statute (concretised and activated by a Court’s request) exist erga omnes partes. As a consequence, the Assembly of States Parties is entitled to demand immediate compliance with the Court’s request and may condemn the State Party’s failure. It may go beyond this and consider the appropriateness of collective countermeasures, such as economic sanctions, against the non-cooperating State. By contrast, the termination of the treaty vis-à-vis the non-cooperating State is not an option given its integral nature and its overarching humanitarian goal. (...) The combined effect of Article 87(7) and Article 112(2)(f) certainly is to give priority to any collective reaction¹²⁸. The legal situation is less clear, however, in the event that the Assembly of States Parties does not achieve the

necessary majority to recommend an adequate collective measure to end the internationally wrongful act (...) This would – as a last resort – include the adoption of individual countermeasures.

However, the same authors also point out that, up until 2016, neither the AEP nor the UNSC had, in any instance, taken any action in response to the ICC's submissions regarding non-cooperation, concluding that "This inaction represents perhaps the most significant blow to the effectiveness of the cooperation regime of the Rome Statute and, consequently, to the efficacy of the Court itself."¹¹⁰.

In short, the most Mongolia can hope for is the imposition of economic sanctions by the States Parties to the Rome Statute as a whole, which would certainly be less damaging to its economy than any sanctions Russia might impose should the warrant be executed; it should be reiterated that there is no precedent for such action¹¹¹.

Another possibility would be the imposition of economic sanctions, individually, by certain States Parties to the ERTPI, which would have even less effect.

7. Consequences of the V. Putin case and possible solutions

From the *above*, one might conclude that the 'Putin case' amounts to a massive defeat for the ICC and for the international criminal legal order, of which that Court is the foremost exponent¹¹². However, and subject to better judgement, there are arguments to the contrary.

7.1. The strength of the ICC

We believe it is possible to argue that this case ultimately demonstrates the strength of the ICC.

As already mentioned, it seems undeniable that the ICC arrest warrant ultimately restricted Putin's movements: he did not travel to either South Africa or Brazil, being represented on both occasions by his Minister of Foreign Affairs, Sergei Lavrov¹¹³. In other words, even the Head of a State as powerful as Russia had his movements restricted by this warrant, as he was afraid to travel to the territory of these two States Parties to the ERTPI, which are a great distance from Russia, thereby making the Russian military threat much smaller. Furthermore, neither of these countries is as economically dependent on Russia as Mongolia is¹¹⁴.

Another outcome of this case is a strengthening of the ICC's credibility. Firstly, it did not shy away from issuing the arrest warrant against Putin¹¹⁵, which demonstrates its independence and credibility, showing that it is not afraid to act against the most powerful actors on the international stage. A further consequence of the prestige enjoyed by the ICC within the international community is the criticism

Mongolia faced for its decision, with its government feeling the need to provide explanations for its actions¹¹⁶.

This also presents an opportunity: the States Parties to the ERTPI have here an opportunity to demonstrate to the international community that the principle of *pacta sunt servanda*, enshrined in Article 26 of the CVDT¹¹⁷, is valid, by applying, following a decision by the AEP, heavy economic sanctions against Mongolia, with the aim of deterring possible future breaches¹¹⁸.

7.2. The weakness of the ICC

It is undeniable that this case has highlighted some of the weaknesses of the ICC.

Once again, it has become clear that the ICC is dependent on the cooperation of its States Parties, as it does not have its own police force – a conclusion that had already been highlighted by the ICC itself in the Al Bashir case¹¹⁹. As such, it is entirely dependent on States Parties arresting and subsequently extraditing to The Hague the individuals it seeks¹²⁰. This issue has already led to the difficulty the ICC will face in securing the custody of Vladimir Putin or other senior Russian officials being highlighted, including in the media¹²¹. This problem is exacerbated because the Rome Statute prohibits trials *in absentia*¹²², meaning that the only way Vladimir Putin could eventually be tried for the crimes for which the arrest warrant was issued is through his arrest and extradition to The Hague.

However, if we may point out, the two major weaknesses of the ICC exposed by this case are the lack of sanctions for non-compliance and its politicisation.

Starting with the lack of sanctions for non-compliance, or, to put it another way, their inadequacy, this conveys an attitude that, in some way, non-compliance is rewarded; even if the ICC eventually decides to impose economic sanctions on Mongolia¹²³, such non-compliance will, without a doubt, be less costly than compliance¹²⁴.

Turning now to politicisation or attempts at instrumentalisation, it is a well-known fact that it is a fundamental task of the rule of law to ensure the separation of powers, a corollary of which is the independence of the judiciary¹²⁵. In the specific context of the ICC, as early as 2007 a judge of the ICC Appeals Division, Sang-Hyun Song, warned that¹²⁶

For any court, independence and freedom from political pressure are critical. (...) And only if the judiciary is independent will it be respected by society. For the ICC, independence is equally important but perhaps even more challenging than for domestic courts (...) Thus, the ICC is operating in a highly political environment, making the independence of the ICC from political pressure very important.

Both in the case of Putin and in even more recent cases¹²⁷, certain states and organisations have attempted to use the ICC as a pawn in international relations. Indeed, even before Vladimir Putin's visit, Ukraine attempted to pressure Mongolia into arresting Putin¹²⁸, and was also one of the first countries to condemn Mongolia for failing to carry out the arrest, using rather harsh rhetoric towards Mongolian officials¹²⁹. The EU also pressured the Mongolian government to arrest Putin¹³⁰, and after Mongolia failed to do so, it issued a statement condemning Mongolia's stance¹³¹.

However, as the prime example of the attempt to politicise the ICC¹³², the position of the French government is worth highlighting. Following Mongolia's failure to arrest Putin, at a press conference the French Minister for Europe and Foreign Affairs stated that¹³³

Each State party to the Rome Statute has an obligation to cooperate with the International Criminal Court and execute the arrest warrants it issues, in accordance with the relevant provisions of the Rome Statute. True to its long-standing commitment to combat immunity, France will continue to lend its support to the essential work of the international courts to ensure that those responsible for all the crimes committed by Russia in Ukraine are held accountable. It lends its full support to the ICC and to the Ukrainian courts working towards that goal.

Having reached this point, as it relates to the Putin case—given that it is an example of the attempt to politicise the ICC and its actions—it is necessary, albeit briefly, to address another case, that of Benjamin Netanyahu. On 21 May 2024, the Prosecutor requested the issuance of arrest warrants against Yahya Sinwar, Mohamed Diab Ibrahim Al-Masri, Ismail Haniyeh, Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant, all for alleged crimes committed during the final phase of the Israeli-Palestinian conflict. The issuance of these warrants took six months, leading to accusations of partiality¹³⁴ and hypocrisy in the Court's conduct¹³⁵. When questioned about this arrest warrant in November 2024, the same Minister stated that the aforementioned Israeli officials, due to the fact that Israel is not a signatory to the ERTPI, enjoyed immunity¹³⁶. A day later, when asked whether this was not a contradiction to the position taken in the case of Putin, the spokesperson for the same Ministry stated that France's legal position was the same in both cases, adding that "With regard to Vladimir Putin, all those who committed crimes will not go unpunished. They have to be held responsible for their deeds, and we have always said that we'll apply international law in all its aspects"¹³⁷.

Clearly, this argument cannot hold water, given that Netanyahu and Putin would, on a potential visit to French soil, find themselves in identical circumstances, their immunities being waived, under the terms set out, by the ERTPI. How-

ever, there is a crucial difference between the two: the former is a traditional ally of Western nations and an important geostrategic partner of theirs in the Middle East; whereas the latter is, particularly since 2022, an enemy of the West in general and of France in particular.

Once again, the demands of *Realpolitik*, namely the preservation of good relations with a historic ally, take precedence over international law.

7.3. The possible future of the Vladimir Putin case

Whilst it is not the purpose of this study to speculate on future developments in the case of Vladimir Putin, we believe, based on the above and partly anticipating the conclusions, that it is not without merit to make some predictions.

It is unlikely that Vladimir Putin will ever be tried for the alleged crimes for which the ICC has issued an arrest warrant. The fact that the Rome Statute prohibits trials *in absentia* makes extradition to The Hague a prerequisite for any trial to take place. Unless circumstances change, it is unlikely that Vladimir Putin will ever be arrested. As this study shows, he has avoided travelling to territories that could proceed with his arrest, sending subordinates in his place, and has only travelled to a country where he was certain he would not be arrested.

Given the contractual nature of the ERTPI, nothing prevents Putin from travelling to a country that has not ratified this treaty, as no obligation to arrest him rests upon that State. This is a difference between the ICC and the International Criminal Tribunals previously established for the former Yugoslavia and Rwanda, which were created by a UN Security Council Resolution and are therefore binding on all UN members under Article 25 of the United Nations Charter¹³⁸.

In principle, the only way Vladimir Putin could be tried for the crimes forming the basis of the arrest warrant is if the same were to happen to him as happened to Omar Al Bashir: the government that replaced him following his ousting decided to hand him over to the ICC to be tried for the crimes he is accused of¹³⁹. However, this handover has not yet taken place, as it will only occur once Omar Al Bashir has finished serving the sentence to which he was sentenced in Sudan for corruption and money laundering¹⁴⁰.

As such, it appears that a prerequisite for any surrender of Vladimir Putin to the ICC would be for him to be removed from the presidency of the Russian Federation by internal forces and handed over to the ICC by a new government. But even if this does not happen, it is undeniable that the arrest warrant will continue to restrict his movements¹⁴¹.

8. Conclusions

Around 2,400 years ago, the Greek historian Thucydides (460 BC–c. 400 BC)

wrote his *magnum opus*: The History of the Peloponnesian War. This conflict, which took place between 431 and 404 BC between the Delian League (led by Athens) and the Peloponnesian League (led by Sparta), is particularly relevant to this study due to one of its many battles, the siege of Melos (416 BC), which is masterfully recounted by the aforementioned historian: the Athenians sent an ultimatum to Melos, offering a choice between unconditional surrender or total destruction. Following a dialogue between the leaders of each faction, according to Thucydides, the Athenians, shocked by the lack of realism on the part of the leaders of Melos, uttered the following words: "the strong do what they can, and the weak suffer what they must"¹⁴²⁻¹⁴³. To summarise the conflict, Melos did not surrender, despite the Athenian envoys having stated and justified that Sparta would not come to their rescue and that there was no shame in surrendering to a superior enemy, especially one offering reasonable terms, and Athens conquered the city, executing all men of military age and selling the women and children into slavery¹⁴⁴, a massacre which, even by the standards of the time, shocked the rest of Greece, including Athens¹⁴⁵, and is often identified as one of the earliest examples of a crime of genocide¹⁴⁶. This episode is cited as one of the classic instances of *Realpolitik*¹⁴⁷.

It was precisely to put an end to the impunity of the perpetrators of these crimes, considered enemies of all humanity, that the ICC was created, as is clear from the very preamble of the Rome Statute¹⁴⁸. More than 25 years on from the Rome Conference¹⁴⁹, it is evident that this objective has not been achieved, at least not yet, and the case of Vladimir Putin does nothing to dispel the sense of impunity.

Added to this is the fact that, to date, the ICC has only convicted African political leaders¹⁵⁰⁻¹⁵¹ from far less powerful countries, with fewer resources and, therefore, far less influence over the international community than Russia, which may lead to the conclusion that this Court only functions when the accused are 'weak'.

These perceptions are not helped by the fact that, in the case of Mongolia, this country has, for all intents and purposes, refused to arrest Putin, and that South Africa had previously argued that Putin's arrest would jeopardise national security. All of this demonstrates that international law is at risk of collapse, being overridden by the demands of *Realpolitik*¹⁵², which are taken to extremes when dealing with a representative of a state as powerful and influential on the world stage as Russia.

The truth is that the ICC does its utmost to avoid this situation, attempting to assert its independence by issuing arrest warrants against some of the most powerful figures on the international stage, such as Vladimir Putin and Benjamin Netanyahu, even when its work is, in part, sabotaged by the actions of other actors who may be even more powerful¹⁵³.

However, the case of Vladimir Putin has, to a certain extent, confirmed what was already evident from the case of Omar Al Bashir: the international obligations

undertaken, in this instance under the Rome Statute, will give way to *Realpolitik* when non-compliance is, quite simply, more advantageous (or less damaging)¹⁵⁴. Also as mentioned above, the positions of certain states regarding the ICC and its arrest warrants, depending on whether the target of the warrant is an ally or an enemy¹⁵⁵, are another triumph of *Realpolitik* over internationally assumed obligations, constituting an attempt to instrumentalise this organisation to achieve *Realpolitik* objectives.

In light of all this, one cannot help but think that perhaps the ERTPI was too ambitious: quite simply, international relations have not yet evolved to a point where the most powerful states and individuals refrain from using the military and economic power at their disposal to coerce others. Perhaps out of naivety, or perhaps because it was created against a backdrop of easing international tensions¹⁵⁶, the ERTPI did not consider this possibility, as evidenced by the absence of meaningful sanctions for non-compliance.

Therefore, only one conclusion can be drawn: although the principles underlying the drafting of the ERTPI were noble – namely, the attempt to put an end to the impunity of the so-called ‘enemies of humanity’ – it seems, unfortunately, that today the Melian dialogue, written over 2,400 years ago, remains more relevant than the ERTPI: the case of Vladimir Putin proves (a conclusion that will likely be reinforced by the case of Netanyahu) that even more than 2,400 years after the siege of Melos, in fact, the powerful do as they please and the weak—who in this context correspond to the victims of the crimes covered by the ERTPI—suffer as they must.

Thus, a reflection on the international criminal justice system is required, with possible solutions including the removal of the ERTPI provision prohibiting trials *in absentia*; the creation of an International Criminal Court equipped with its own police force; or the imposition of extremely severe economic sanctions to the extent of rendering any non-compliance impracticable. Perhaps it will also be necessary to reflect on the very structure of the UN¹⁵⁷. All of these, however, lie outside the scope of this study, although we do not rule out the possibility of conducting such a study at a later date.

References

AKANDE, Dapo – *International Law Immunities and the International Criminal Court*, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), pp. 407–433.

AKSÜNGER, Selman – *Netanyahu arrest warrant delayed in ICC for 5 months*. AA. [Online]. (29 October 2024). [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/netanyahu-arrest-warrant-delayed-in-icc-for-5-months/3377820>>.

ASSOCIATED PRESS – *Russia's Putin visits Mongolia, defies international arrest warrant*. VOANEWS. [Online]. (3 September 2024). [Accessed 22 March 2025]. Available at: <URL: <https://www.voanews.com/a/russian-leader-putin-visits-mongolia-defies-international-warrant-for-his-arrest/7769299.html>>.

- BEW, John – *Realpolitik: a history*, Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BISCHOFF, Wesley – In an interview, Lula says Putin will not be arrested if he comes to Brazil. *G1*. [Online]. (9 September 2023). [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/09/em-entrevista-lula-diz-que-putin-nao-sera-presos-se-vier-ao-brasil.ghtml>>.
- BOOTY, Natasha; ROSS, Will – *Arresting Vladimir Putin in South Africa would be 'a declaration of war,' says Ramaphosa*. *BBC News*. [Online]. (18 July 2023). [Accessed 22 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.bbc.com/news/world-africa-66238766>>.
- CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart and SCHRAMM, Fernanda Santos – *The scope of the International Criminal Court's jurisdiction in light of the immunities of Heads of State: an approach in the light of the Sudan case*, in *Revista Eletrônica Direito e Política*, Vol. 10, No. 3, 2nd quarter of 2015, pp. 1528–1557.
- CARTER, Sarah – *Debate over possible Putin visit heats up in South Africa amid U.S. "concern" over BRICS intentions*. *CBS News*. [Online]. (2 June 2023). [Accessed 22 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.cbsnews.com/news/vladimir-putin-south-africa-icc-arrest-warrant-brics-summit-us-concern/>>.
- CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, third edition, Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CRANE, Gregory – *Thucydides and the Ancient Simplicity: the limits of political realism*, (Oakland: University of California Press), 1998.
- CROWE, David M. – *War Crimes, Genocide, and Justice: A Global History*, (Berlin: Springer), 2013.
- DABANGA SUDAN – *Sudan's Forces for Freedom and Change: 'Hand Al Bashir over to the ICC: Dabanga Sudan*. [Online]. (5 November 2019). [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/sudan-s-forces-for-freedom-and-change-hand-al-bashir-to-icc>>.
- DE HOON, Marieke – *The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC's Legitimacy*, in *International Criminal Law Review*, No. 17, 2017, pp. 591–614.
- DUTTON, Yvonne and STERIO, Milena – *The War in Ukraine and the Legitimacy of the International Criminal Court*, in *American University Law Review*, Volume 72, Issue 3, 2023, pp. 779–828.
- EUROPEAN PARLIAMENT DIRECTORATE-GENERAL FOR PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICES – *Mongolia's top trade partners*. [Online]. [No place: no publisher], 2024. [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL: <https://epthinktank.eu/2024/09/02/eu-mongolia-relations-possible-critical-raw-materials-partnership-mongolia-s-top-trade-partners/>>.
- FISCHER, Lukas – *The relationship between the African Union and the International Criminal Court – Is the ICC targeting Africa?* [Online]. [No place: n.p.], 2022. [Accessed 23 Mar. 2025]. Available online: <URL: <https://africanlegalstudies.blog/2022/09/09/the-relationship-between-the-african-union-and-the-international-criminal-court-is-the-icc-targeting-africa/>>.
- FORNUSEK, Martin – *The Economist estimates 60,000–100,000 Ukrainian soldiers killed in full-scale war*. *The Kyiv Independent*. [Online]. (27 November 2024). [Accessed 15 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://kyivindependent.com/economist-casualties-estimates/>>.
- INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL – *Immunities from Jurisdiction and Execution of Heads of State and of Government in International Law*. [Online]. Ghent: Vancouver Session – 2001. [Accessed 15 Mar. 2025]. Available at: <URL: https://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2001_van_02_en.pdf>.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT – *Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Ivanovich Kobylash and Viktor Nikolayevich Sokolov*. [Online]. [No place: n.p.], 2024. [Accessed 15 Mar. 2024]. Available at: <URL: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-sergei-ivanovich-kobylash-and->>.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT – *Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Kuzhugetovich Shoigu and Valery Vasilyevich Gerasimov*. [Online]. [No place: n.p.], 2024. [Accessed 15 Mar. 2024]. Available at: <URL: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-sergei-kuzhugetovich-shoigu-and-valery-vasilyevich-gerasimov>>.

[judges-issue-arrest-warrants-against-sergei-kuzhugetovich-shoigu-and>](#).

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT – *Situation in the State of Palestine: ICC Pre-Trial Chamber I rejects the State of Israel's challenges to jurisdiction and issues arrest warrants for Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant*. [Online]. [No place: n.p.], 2024. [Accessed 22 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-state-palestine-icc-pre-trial-chamber-i-rejects-state-israels-challenges>>.

JOCHECOVÁ, Ketrin – *'Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin'*. *Politico*. [Online]. (3 September 2024). [Accessed 15 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.politico.eu/article/mongolia-failure-arrest-vladimir-putin-international-warrant-international-criminal-court/>>.

KOLODKIN, Roman Anatolevich – *Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction*. [Online]. [No place: no publisher], 2008. [Accessed 15 March 2025]. Available at: <URL: https://legal.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_601.pdf>.

KREB, Claus and PROST, Kimberly, *Article 98*, in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, (Oxford: Hart Publishing), 2016, pp. 2117–2146.

LIBOREIRO, Jorge – *Brussels urges Mongolia to comply with ICC request and arrest Putin during official visit*. *Euronews*. [Online]. (2 September 2024). [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL: <https://www.euronews.com/my-europe/2024/09/02/brussels-urges-mongolia-to-comply-with-icc-request-and-arrest-putin-during-official-visit>>.

MAGDY, Samy – *Official: Sudan to hand over al-Bashir for genocide trial*. *Associated Press*. [Online]. (11 February 2020). [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL: <https://apnews.com/article/trials-war-crimes-middle-east-africa-khartoum-c6698024bdd7f1cade89b9b4101d25c1>>.

MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira – *Commentary on the Judgment of the Lisbon Court of Appeal regarding Case 137/06.TVLSB.L1-7*, in *Portuguese Yearbook of International Law* 2011, 2012, pp. 107–115.

MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira – *Diplomatic and Consular Law*, (Lisbon: Universidade Lusíada Editora), 2011.

MINISTRY OF EUROPE AND FOREIGN AFFAIRS – Q&A – *Extract from the press briefing* (2 September 2024). *France Diplomacy*. [Online]. (2 September 2024). [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/international-justice/news/article/q-a-extract-from-the-press-briefing-2-sep-2024>>.

MULLIGAN, Gerard – *Genocide in the Ancient World*, in *World History Encyclopedia*. [Online]. [No place]. World History Encyclopedia [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.worldhistory.org/article/485/genocide-in-the-ancient-world/>>.

PEYTON, Nellie; MIRIDZHANIAN, Anait – *South Africa says Putin to stay away from BRICS summit*. *Reuters*. [Online]. (19 July 2023). [Accessed 22 Mar. 2025]. Available at WWW:<URL: <https://www.reuters.com/world/south-africa-putin-will-not-attend-brics-summit-by-mutual-agreement-2023-07-19/>>.

PINHEIRO, Fábio Abel de Oliveira – *Core International Crimes and Immunities under International Law* [Online]. Coimbra: [n.p.], 2014. Master's thesis submitted to the Faculty of Law, University of Coimbra. [Accessed 15 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/28433/1/Core%20international%20crimes%20e%20as%20imunidades.pdf>>.

PLUECKHAHN, Rebekah – *Mongolia's decision not to arrest Putin was no surprise. Pursuit*. [Online]. (18 October 2024). [Accessed 22 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://pursuit.unimelb.edu.au/articles/mongolias-decision-not-to-arrest-putin-was-no-surprise>>.

REUTERS – *France declines to say whether it would arrest Putin under ICC warrant*. *Reuters*. [Online]. (28 November 2024). [Accessed 23 March 2025]. Available online: <URL: <https://www.reuters.com/world/europe/france-declines-say-whether-it-would-arrest-putin-under-icc-warrant-2024-11-28/>>.

RIBEIRO, Neidy- Lula da Silva: *"It is up to the courts to decide on the arrest warrant against Putin"*. *RFI*. [Online]. (11 September 2023). [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.rfi.fr/>>

pt/mundo/20230911-lula-da-silva-cabe-à-justiça-decidir-sobre-o-mandado-de-detenção-contraputin>.

ROCHAU, Ludwig August von – *Grundsätze der Realpolitik, Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands*, vol. 1 (Stuttgart: Karl Göpel, 1859), p. 23.

ROBERTSON, Noah – *Russia casualties reach 600,000 during war in Ukraine*, *Pentagon says*. *DefenceNews*. [Online]. (9 October 2024). [Accessed 15 Mar. 2025]. Available at WWW:<URL: <https://www.defensenews.com/pentagon/2024/10/09/russia-casualties-reach-600000-during-war-in-ukraine-pentagon-says/>>.

SANTOS, Sofia Ferreira – *Ukraine calls on Mongolia to arrest Putin ahead of visit*. *BBC News*. [Online]. (30 August 2024). [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL: <https://www.bbc.com/news/articles/c0e852f50x7o>>.

SINGHI, Yash – *Head of State Immunity: The ICC's biggest impediment*, in *Indian Journal of International Law*, Volume 59, (2021), pp. 391–410.

SONG, Sang-Hyun – *The Independence of the ICC and Safeguards Against Political Influence*, *Speech Outline*, in International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy. [Online]. [No place: Beijing], 2007. [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://icclr.org/wp-content/uploads/2019/06/IndependenceofICC.pdf?x73526>>.

THE DIPLOMATIC SERVICE OF THE EUROPEAN UNION- *Mongolia: Statement by the Spokesperson on the visit of the Russian President*. *EEAS Press Team*. [Online]. (3 September 2024). [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: https://www.eeas.europa.eu/_en>.

THE TIMES OF ISRAEL – *France says Netanyahu, Gallant have immunity from ICC charges, won't arrest them*. *Times of Israel*. [Online]. (27 November 2024). [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL:<https://www.timesofisrael.com/france-says-it-respects-icc-warrants-but-implies-netanyahu-may-be-immune-to-arrest/>>.

THE WHITE HOUSE – *Imposing sanctions on the International Criminal Court*. *The White House*. [Online]. (6 February 2025). [Accessed 23 March 2025]. Available at: <URL <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/imposing-sanctions-on-the-international-criminal-court/>>.

THOMSEN, Jacqueline and SCARCELLA, Mike – *Explainer: How could Russia's Putin be prosecuted for war crimes in Ukraine?* *Reuters*. [Online]. (4 April 2022) [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: <https://www.reuters.com/world/how-could-russias-putin-be-prosecuted-war-crimes-ukraine-2022-03-22/>>.

TORTELLA, Tiago – *Why isn't Vladimir Putin attending the G20 Summit in Rio de Janeiro? Find out*. *CNN Brasil*. [Online]. (11 November 2024). [Accessed 23 March 2025]. Available at WWW:<URL: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-vladimir-putin-nao-vem-a-cupula-do-g20-no-rio-de-janeiro-entenda/>>.

TRENDECONOMY – *South Africa | Imports and Exports | World | ALL COMMODITIES | Value (US\$) and Value Growth, YoY (%) | 2012 – 2023*. [Online]. [No place: n.p.], 2023. [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at WWW:<URL: <https://trendeconomy.com/data/h2/SouthAfrica/TOTAL>>.

TRIFFTERER, Otto and BURCHARD, Christoph, *Article 27*, in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, (Oxford: Hart Publishing), 2016, pp. 1037–1055.

THUCYDIDES – *History of the Peloponnesian War*, Book 5.

WINIARCZYK, Marek – *Diagoras of Melos: A Contribution to the History of Ancient Atheism*, (Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co KG), 2016.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION – *Mongolia Fuels Imports by country in US\$ Thousand 2022*. [Online]. [No place: n.p.], 2023. [Accessed 23 Mar. 2025]. Available at: <URL: https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/MNG/Year/LTST/TradeFlow/Import/Partner/by-country/Product/27-27_Fuels>.

YAMAN, Dilara Karmen – *Heads of State Before the ICC: On the Arrest Warrant against Putin and Its*

Consequences. [Online]. [No place: no publisher], 2023. [Accessed 15 March 2025]. Available at: <URL: <https://voelkerrechtsblog.org/heads-of-states-before-the-icc/>>.

CASE LAW

ARREST WARRANT OF 11 APRIL 2000 (DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO v. BELGIUM), JUDGMENT, I.C.J. REPORTS 2002, JUDGMENT OF 14 FEBRUARY 2002.

ICC-01/22-90 24 OCTOBER 2024 (FINDING UNDER ARTICLE 87(7) OF THE ROME STATUTE ON MONGOLIA'S NON-COMPLIANCE WITH THE COURT'S REQUEST TO COOPERATE IN THE ARREST AND SURRENDER OF VLADIMIR VLADIMIROVICH PUTIN AND REFERRAL TO THE ASSEMBLY OF STATES PARTIES).

ICC-02/05-01/09-157 15 JULY 2013 (DECISION REGARDING OMAR AL-BASHIR'S VISIT TO THE FEDERAL REPUBLIC OF NIGERIA).

ICC-02/05-01/09-162 (DECISION REGARDING OMAR AL-BASHIR'S POTENTIAL TRAVEL TO THE UNITED STATES OF AMERICA). Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening), Judgment, I.C.J. Reports 2012, p. 99.

REGINA (THE CROWN) v. BARTLE AND THE COMMISSIONER OF POLICE FOR THE METROPOLIS AND OTHERS EX PARTE PINOCHET, HOUSE OF LORDS, GREAT BRITAIN (UK), JUDGMENT, 24 MARCH 1999, SESSION 1998–99.

Notas finais

- 1 In this English-language version of the text, almost all the titles in the bibliography have also been translated into English to give the reader an idea of the content of the works cited by the author, and not because they are necessarily written in English. If the reader wishes to consult or cite the work, they should therefore look for it using the title given in the untranslated version of the text, as this is the title of the work actually used by the author
- 2 According to Pentagon data, as of 9 October 2024, Russia had suffered around 600,000 casualties. ROBERTSON, Noah - *Russia casualties reach 600,000 during war in Ukraine, Pentagon says*. In *Defence News*. (9 October 2024).
- 3 On the Ukrainian side, estimates point to a total of between 460,000 and 500,000 deaths. See FORNUSEK, Martin - *The Economist estimates 60,000-100,000 Ukrainian soldiers killed in full-scale war*. In *The Kyiv Independent*. (27 November 2024).
- 4 In 2017, Marieke de Hoon wrote that “the loss of legitimacy of the Court [ICC] is worrying”. DE HOON, Marieke – *The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC’s Legitimacy*, in *International Criminal Law Review*, No. 17, 2017, p. 594.
- 5 On 5 March 2024, the Pre-Trial Chamber of the ICC issued arrest warrants against Sergei Ivanovich Kobylash, a Russian lieutenant general who commanded the long-range aviation of the Russian Aerospace Forces, and Viktor Nikolayevich Sokolov, an admiral in the Russian navy. INTERNATIONAL CRIMINAL COURT – *Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Ivanovich Kobylash and Viktor Nikolayevich Sokolov*. (3 March 2024).
- 6 On 25 June 2024, the Pre-Trial Chamber of the ICC issued arrest warrants against Sergey Shoigu (former Russian Minister of Defence) and Valery Gerasimov (Chief of the General Staff of the Russian Armed Forces). INTERNATIONAL CRIMINAL COURT – *Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Sergei Kuzhugetovich Shoigu and Valery Vasilyevich Gerasimov*. (25 June 2024).
- 7 JOCHECOVÁ, Ketrin – ‘Sorry not sorry’, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 September 2024).
- 8 This topic will be discussed further *below*.
- 9 Moreover, the then Prime Minister of the United Kingdom, David Lloyd George, stood in the 1918 general election under the slogan “Hang the Kaiser”.
- 10 This provision stated that “The Allied and Associated Powers publicly arraign William II of Hohenzollern, formerly German Emperor, for a supreme offence against international morality and the sanctity of treaties. A special tribunal will be constituted to try the accused, thereby assuring him the guarantees essential to the right of defence. It will be composed of five judges, one appointed by each of the following Powers: namely, the United States of America, Great Britain, France, Italy and Japan. In its decision the tribunal will be guided by the highest motives of international policy, with a view to vindicating the solemn obligations of international undertakings and the validity of international morality. It will be its duty to determine the punishment it considers should be imposed. The Allied and Associated Powers will address a request to the Government of the Netherlands for the surrender to them of the former Emperor so that he may be put on trial”. Emperor Wilhelm II was never brought to trial, as Queen Wilhelmina of the Netherlands refused to proceed with his extradition.
- 11 For Rwanda and Yugoslavia.
- 12 HOON, Marieke de- *The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC’s Legitimacy*, in *International Criminal Law Review*, No. 17 (2017), p. 592
- 13 HOON, Marieke de- *The Future of the International Criminal Court. On Critique, Legalism and Strengthening the ICC’s Legitimacy*, in *International Criminal Law Review*, No. 17 (2017), p. 592
- 14 Where it is stated that “The Court shall be a permanent institution, with jurisdiction over persons responsible for the most serious crimes of international concern, in accordance with this Statute, and shall be complementary to national criminal jurisdictions”.

- 15 CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart and SCHRAMM, Fernanda Santos – The scope of the International Criminal Court’s jurisdiction in light of the immunities of heads of state: an approach in the light of the Sudan case, in *Revista Eletrônica Direito e Política*, Vol. 10, No. 3, 2nd quarter of 2015, p. 1535.
- 16 That is to say, the ERTPI does not create obligations for States that have not ratified it. Nor could it be otherwise, given Article 34 of the CVDT.
- 17 Or, in English, Pre-Trial Chamber (PTC)
- 18 This offence was not initially provided for in the ERTPI, having been added as a result of Resolution RC/Res. 6 of 11 June 2010.
- 19 This is in accordance with Article 11(1) of the ERTPI.
- 20 Provided for in Article 13(a) and Article 14, both of the ERTPI.
- 21 Provided for in Article 13(b) of the ERTPI
- 22 Provided for in Article 13(c) and Article 15 of the ERTPI.
- 23 Full text: “This Statute shall apply equally to all persons, without distinction of any kind based on official capacity. In particular, the official capacity of Head of State or Government, member of Government or Parliament, elected representative or public official shall in no case exempt the person concerned from criminal liability under this Statute, nor shall it in itself constitute grounds for a reduction of the sentence.”
- 24 It is clear, quite simply, that there are authors who identify this doctrine as the greatest obstacle to the ICC’s work. See, for instance, the title of an article written by Yash Singh: SINGHI, Yash – Head of State Immunity: The ICC’s biggest impediment, in *Indian Journal of International Law*, Volume 59, 2021, pp. 391–410.
- 25 In this regard, see CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese’s International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 318, where it is stated: “One of the possible obstacles to prosecution for international crimes may be constituted by rules intended to protect the accused by granting him immunity from prosecution”.
- 26 In contrast to what happens, for example, with the protection afforded to diplomatic agents, this is enshrined in the Vienna Convention on Diplomatic Relations (VCDR). Indeed, the preamble to that instrument states that “the purpose of such privileges and immunities is not to benefit individuals, but rather to ensure the effective performance of the functions of diplomatic missions in their capacity as representatives of States”. Furthermore, this protection is subsequently elaborated in Article 31 of that instrument, which sets out, in particular, the exceptions to the aforementioned immunities. However, this instrument refers only to “diplomatic agents”, not to Heads of State.
- 27 MARTINS, Margarida Salema D’Oliveira – *Diplomatic and Consular Law*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 110.
- 28 Also known as the 2005 New York Convention.
- 29 Similarly, MARTINS, Margarida Salema D’Oliveira – *Diplomatic and Consular Law*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 110.
- 30 Given that it follows from this same provision that ‘The term “person enjoying international protection” means (...) any Head of State, including members of a collegial body exercising, by virtue of the Constitution of the State concerned, the functions of Head of State’. However, it does not specify what protection the Head of State enjoys.
- 31 For example, the Portuguese Head of State, under Article 120 of the CRP, ‘represents the Portuguese Republic, guarantees national independence, the unity of the State and the proper functioning of democratic institutions, and is, by virtue of office, Supreme Commander of the Armed Forces’.
- 32 INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL – Immunities from Jurisdiction and Execution of Heads of State and of Government in International Law, p. 1.
- 33 KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, paragraph 30.
- 34 Similarly, MARTINS, Margarida Salema D’Oliveira – *Diplomatic and Consular Law*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 110.
- 35 KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal

- Jurisdiction, paragraph 78.
- 36 CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 318.
 - 37 CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 318. Similarly, MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira – *Diplomatic and Consular Law*, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 112.
 - 38 KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, paragraph 78.
 - 39 KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, paragraph 78.
 - 40 Generally speaking, under the procedural law of the State to which the beneficiary of such immunity travels.
 - 41 Highlighting this feature, PINHEIRO, Fábio Abel de Oliveira – Core International Crimes and Immunities under International Law, Master's Thesis in Law, in the Area of Specialisation in Criminal Legal Sciences, under the supervision of Professor António Pedro Nunes Caeiro, PhD, submitted to the Faculty of Law of the University of Coimbra, 2014, p. 53, and similarly KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, paragraph 79
 - 42 Highlighting these five characteristics of immunities *ratione personae*, CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 319.
 - 43 *Regina (the Crown) v. Bartle and the Commissioner of Police for the Metropolis and Others ex parte Pinochet*, House of Lords, Great Britain (UK), Judgment, 24 March 1999.
 - 44 CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 318.
 - 45 Highlighting these characteristics of these immunities, CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, pp. 318 and 319.
 - 46 CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, pp. 318 and 319.
 - 47 KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, paragraph 80 and YAMAN, Dilara Karmen – Heads of States Before the ICC: On the Arrest Warrant against Putin and Its Consequences, *Völkerrechtsblog*, 5 April 2023.
 - 48 KOLODKIN, Roman Anatolevich – Immunity of State Officials from Foreign Criminal Jurisdiction, paragraph 82.
 - 49 A Latin maxim which, translated literally, yields the expression “an equal has no power over an equal”.
 - 50 It follows that one of the principles of the UN is the “sovereign equality of all its members”.
 - 51 In this regard, see, among others, MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira – Commentary on the Judgment of the Lisbon Court of Appeal in Case 137/06.TVLSB.L1-7, in *Anuário Português de Direito Internacional* 2011, 2012, p. 110.
 - 52 In a similar vein, AKANDE, Dapo – International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 433.
 - 53 YAMAN, Dilara Karmen – Heads of State Before the ICC: On the Arrest Warrant against Putin and Its Consequences, *Völkerrechtsblog*, 5 April 2023.
 - 54 We shall not, in this forum, as this would go far beyond the scope of the present study, take part in the discussion as to whether these immunities are absolute or relative, depending on whether the act performed is *de jure imperii* or *de jure gestionis*. For further reading on this, see MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira – Commentary on the Judgment of the Lisbon Court of Appeal in Case 137/06.TVLSB.L1-7, in *Anuário Português de Direito Internacional* 2011, 2012, p. 113; MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira- *Diplomatic and Consular Law*, Universidade Lusíada Editora, 2011, pp. 67–69 and, in international case law, the ICJ Judgment of 3 February 2012 on the international immunities of States (Germany v. Italy, Intervention by Greece), paras. 57–60.
 - 55 In this regard, see, among others, PINHEIRO, Fábio Abel de Oliveira- Core International Crimes and Immunities under International Law, Master's Thesis in Law, in the Area of Specialisation

- in Legal and Criminal Sciences, supervised by Professor António Pedro Nunes Caeiro, PhD, submitted to the Faculty of Law of the University of Coimbra, 2014, p. 44.
- 56 However, a reference to them, if only to distinguish between them, appears to be more than justified.
- 57 The question posed by the aforementioned author is as follows: "Personal immunities apply to ordinary crimes. Do they also apply to international crimes?". See CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 319.
- 58 TRIFFTERER, Otto and BURCHARD, Christoph; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 1038.
- 59 These agreements prohibit States hosting armed forces of another State on their territory from detaining troops and personnel of the State whose military presence is evident. See AKANDE, Dapo – International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 426, an author who provides, in the cited reference, examples of various SOFAs
- 60 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2143.
- 61 CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, p. 320.
- 62 See *Arrest Warrant of 11 April 2000 (Democratic Republic of the Congo v. Belgium)*, Judgment, I.C.J. Reports 2002, Judgment of 14 February 2002 § 61.
- 63 Although this passage explicitly mentions the office of Minister for Foreign Affairs, a senior official of any State, we consider that this case law is, a fortiori, applicable to even more senior offices, such as that of Head of State.
- 64 With these four conclusions, CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd Edition, Oxford University Press, 2013, pp. 320–322.
- 65 With this conclusion, CASSESE, Antonio, et al. – *Cassese's International Criminal Law*, 3rd edition, Oxford University Press, 2013, p. 322, who writes that "it seems justified to hold that under international law personal immunities of state officials may not bar international criminal courts from prosecuting and trying persons suspected or accused of having committed international crimes, or at any rate the criminal offences over which the relevant international court or tribunal has jurisdiction."
- 66 With this conclusion, AKANDE, Dapo – International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 425.
- 67 In such cases, the ICC has only two options: to withdraw the request for surrender or to seek the consent of the third State. In this regard, KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2146.
- 68 ICC-01/22-90 24-10-2024, §7, which states that "personal immunity of officials, including Heads of third States, is not opposable in proceedings before the Court, nor is a waiver of immunity required under Article 98 of the Statute".
- 69 BEW, John – *Realpolitik: A History*, Oxford University Press, 2016, pp. 17 and 18.
- 70 Our translation. Original title: **Grundsätze der Realpolitik: Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands**.
- 71 A second edition of the same work followed in 1859 (although, the text remained unchanged) and, in 1868, the same author published a second volume, in which he devoted himself to explaining the meaning of the term he had coined and attempted to refute some of his critics (and by titling the 1868 book as Volume 2, the 1853 work was implicitly transformed into Volume 1). See BEW, John – *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 31.
- 72 The aforementioned author also wrote, regarding sovereignty, that "Sovereignty is a term of power, and anyone who treats it as a legal term will always arrive at untenable conclusions". See ROCHAU, Ludwig August von – *Grundsätze der Realpolitik, Angewendet auf die staatlichen Zustände Deutschlands* [Foundations of Realpolitik, applied to the current state of Germany], vol. 1, Karl Göpel, 1859, p. 23.

- 73 Summarising in this way the foundations of Realpolitik for Ludwig August von Rochau, BEW, John – *Realpolitik: a history*, Oxford University Press, 2016, p. 32, elaborating on them on pp. 32–46.
- 74 Minister of Foreign Affairs of the Austrian Empire between 1809 and 1848 and Chancellor of the same Empire between 1821 and 1848.
- 75 Prime Minister of Prussia between 1861 and 1871 and Imperial Chancellor of the German Empire from 1871 to 1890.
- 76 Arguing that the term became associated above all with these two figures, BEW, John – *Realpolitik: A History*, Oxford University Press, 2016, p. 22.
- 77 BEW, John – *Realpolitik: A History*, Oxford University Press, 2016, p. 17.
- 78 BEW, John – *Realpolitik: A History*, Oxford University Press, 2016, p. 240.
- 79 BEW, John – *Realpolitik: A History*, Oxford University Press, 2016, pp. 277–278.
- 80 This is because, on 21 November 2024, the ICC’s Pre-Trial Chamber issued arrest warrants against Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant, as had been requested by the Prosecutor on 20 May 2024.
- 81 This is not insignificant, as we shall see below.
- 82 On 15 July 2013, Omar Al Bashir travelled to Nigeria to attend an African Union summit on sexually transmitted diseases. Regarding this trip, the ICC ruled on 15 July 2013 that “The Chamber observes that the Federal Republic of Nigeria has been a State Party to the Statute since 27 September 2001 and, accordingly, is under an obligation pursuant to Articles 86 and 89 of the Statute to execute the Court’s pending decisions concerning the arrest and surrender of Omar Al-Bashir. The Chamber expects the Federal Republic of Nigeria to immediately arrest Omar Al-Bashir and surrender him to the Court.” See ICC-02/05-01/09-157 15-07-2013 §7.
- 83 CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart and SCHRAMM, Fernanda Santos – The scope of the International Criminal Court’s jurisdiction in light of the immunities of heads of state: an approach in the light of the Sudan case, in *Revista Eletrônica Direito e Política*, Vol. 10, No. 3, 2nd quarter of 2015, p. 1552.
- 84 This is because Article 25 of the UN Charter provides that “The Members of the United Nations agree to accept and carry out the decisions of the Security Council in accordance with the present Charter.”
- 85 Highlighting this lack of its own police force, SINGHI, Yash – Head of State Immunity: The ICC’s biggest impediment, in *Indian Journal of International Law*, Volume 59, 2021, p. 393
- 86 CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart and SCHRAMM, Fernanda Santos – The scope of the International Criminal Court’s jurisdiction in light of the immunities of heads of state: an approach in the light of the Sudan case, in *Revista Eletrônica Direito e Política*, Vol. 10, No. 3, 2nd quarter of 2015, p. 1538.
- 87 ASSOCIATED PRESS – Russia’s Putin visits Mongolia, defies international warrant for his arrest. *VOA NEWS*. (3 September 2024).
- 88 CARTER, Sarah – Debate over possible Putin visit heats up in South Africa amid US ‘concern’ over BRICS intentions. *CBS News*. (2 June 2023).
- 89 BOOTY, Natasha; ROSS, Will – Arresting Vladimir Putin in South Africa would be a ‘declaration of war’, says Ramaphosa. *BBC News*. (18 July 2023).
- 90 BOOTY, Natasha; ROSS, Will – Arresting Vladimir Putin in South Africa would be ‘declaration of war’, says Ramaphosa. *BBC News*. (18 July 2023).
- 91 PEYTON, Nellie; MIRIDZHANIAN, Anait – South Africa says Putin to stay away from BRICS summit. *Reuters*. (19 July 2023).
- 92 See ICC-01/22-90 24-10-2024, §6.
- 93 The ICC stated that “personal immunity of officials, including Heads of third States, is not opposable in proceedings before the Court, nor is a waiver of immunity required under Article 98 of the Statute”. See ICC-01/22-90 24-10-2024, §7.
- 94 “Mongolia imports 95% of its petroleum products and over 20% of its electricity from our immediate neighbour, supplies which have previously been disrupted for technical reasons. These supplies are critical to ensuring our survival and that of our people.” Our translation

- Source: JOCHECOVÁ, Ketrin – “Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin”. *Politico*. (3 September 2024); and also: PLUECKHAHN, Rebekah – “Mongolia’s decision not to arrest Putin was no surprise”. *Pursuit*. (18 October 2024).
- 95 JOCHECOVÁ, Ketrin – ‘Sorry, not sorry’, says Mongolia after failing to arrest Putin. *Politico*. (3 September 2024).
- 96 JOCHECOVÁ, Ketrin – ‘Sorry not sorry’, says Mongolia after failing to arrest Putin. *Politico*. (3 September 2024).
- 97 BISCHOFF, Wesley – In an interview, Lula says Putin will not be arrested if he comes to Brazil. *G1*. (9 September 2023).
- 98 RIBEIRO, Neidy – Lula da Silva: “It is up to the courts to decide on the arrest warrant against Putin”. *RFI*. (11 September 2023).
- 99 TORTELLA, Tiago – Why isn’t Vladimir Putin coming to the G20 Summit in Rio de Janeiro? Find out. *CNN Brasil*. (11 November 2024).
- 100 BOOTY, Natasha; ROSS, Will – Arresting Vladimir Putin in South Africa would be a ‘declaration of war’, says Ramaphosa. *BBC News*. (18 July 2023).
- 101 EUROPEAN PARLIAMENT DIRECTORATE GENERAL FOR PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICES – *Mongolia’s top trade partners*. [Online]. [No place: n.p.], 2024.
- 102 WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION – *Mongolia Fuels Imports by country in US\$ Thousand 2022*. [Online]. [No place: no publisher], 2023.
- 103 Given that it follows from this provision that the aforementioned body is competent to examine, in accordance with paragraphs 5 and 7 of Article 87 of the ERTPI, ‘any matter relating to the non-cooperation of States’.
- 104 Indeed, in its decision of 24 October 2024, Pre-Trial Chamber II of the ICC issued a ruling in which it decided, precisely, to refer this matter to the AEP. See ICC-01/22-90 24-10-2024, §40.
- 105 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2031.
- 106 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2034.
- 107 Which were adopted by UN General Assembly Resolution 56/83 of 12 December 2001.
- 108 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2034.
- 109 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, pp. 2041 and 2042.
- 110 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2042.
- 111 KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2042.
- 112 And, by extension, given the actions carried out by Vladimir Putin which formed the basis for the arrest warrant, for human rights.
- 113 Against whom, to date, no ICC arrest warrant has been issued.
- 114 Even in the case of South Africa, this is a regional power that is neither economically nor energetically dependent on Russia. TRENDECONOMY – South Africa | Imports and Exports | World | ALL COMMODITIES | Value (US\$) and Value Growth, YoY (%) | 2012 – 2023. [Online]. [No place: n.p.], 2023.
- 115 Nor against its Commissioner for Children’s Rights and some of its generals.
- 116 JOCHECOVÁ, Ketrin- Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin. *Politico*. (3 September 2024).
- 117 Provision stating: “Every treaty in force is binding upon the Parties and must be performed by them in good faith”.
- 118 However, it is important to note that at the 23rd meeting of the AEP, held on 6 December 2024, no decision was taken whatsoever to impose sanctions on Mongolia for its non-compliance. Nevertheless, it seems possible that such a decision could be taken at a future

- session of the AEP, not least given the short period of time that elapsed between the incident and the date of the meeting.
- 119 In the context of the aforementioned case, a decision was handed down by PTC II on 18 September 2013, in which it was stated, in paragraph 12, that “In this context, the Chamber wishes to point out that the ICC has no enforcement mechanism and thus relies on the States’ cooperation, without which it cannot fulfil its mandate and contribute to ending impunity.” See ICC-02/05-01/09-162, § 12.
 - 120 In this regard, see DUTTON, Yvonne and STERIO, Milena – The War in Ukraine and the Legitimacy of the International Criminal Court, *American University Law Review*, Volume 72, Issue 3, 2023, p. 818; AKANDE, Dapo – International Law Immunities and the International Criminal Court, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (Jul. 2004), p. 420; and SINGHI, Yash – Head of State Immunity: The ICC’s biggest impediment, in *Indian Journal of International Law*, online 2020, p. 3.
 - 121 For example, see THOMSEN, Jacqueline and SCARCELLA, Mike – Explainer: How could Russia’s Putin be prosecuted for war crimes in Ukraine? *Reuters*. (4 April 2022).
 - 122 Pursuant to the provisions of Article 63(1) of the ERTPI.
 - 123 Given that, as already mentioned, there is no precedent in this regard. See KREß, Claus and PROST, Kimberly; in TRIFFTERER, Otto and AMBOS, Kai – *Rome Statute of the International Criminal Court – A Commentary*, 3rd Edition, Hart Publishing, 2016, p. 2042.
 - 124 This is even without considering the most serious scenario for this country, which would be a Russian military intervention.
 - 125 By way of example, it follows from Article 2 of the CRP that “The Portuguese Republic is a democratic state governed by the rule of law based on (...) and on the separation and interdependence of powers”; this reasoning is complemented by the provisions of Article 203 of the same document, which states that “The courts are independent and are subject only to the law”.
 - 126 SONG, Sang-Hyun – The Independence of the ICC and Safeguards Against Political Influence, Speech Outline, in International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy, pp. 4 and 5.
 - 127 That of Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant.
 - 128 SANTOS, Sofia Ferreira – Ukraine calls on Mongolia to arrest Putin ahead of visit. *BBC News*. (30 August 2024).
 - 129 JOCHECOVÁ, Ketrin – “Sorry not sorry, says Mongolia after failure to arrest Putin.” *Politico*. (3 September 2024).
 - 130 LIBOREIRO, Jorge – Brussels urges Mongolia to comply with ICC request and arrest Putin during official visit. *Euronews*. (2 September 2024).
 - 131 THE DIPLOMATIC SERVICE OF THE EUROPEAN UNION – Mongolia: Statement by the Spokesperson on the visit of the Russian President. *EEAS Press Team*. (3 September 2024).
 - 132 And, if I may say so, even a touch of hypocrisy.
 - 133 MINISTRY OF EUROPE AND FOREIGN AFFAIRS – Q&A – Extract from the press briefing (2 September 2024). *France Diplomacy*. (2 September 2024)
 - 134 AKSÜNGER, Selman – Netanyahu arrest warrant delayed in ICC for 5 months. *AA*. (29 October 2024).
 - 135 Which is allegedly very quick to act against Russia, but very slow to act against Israel.
 - 136 THE TIMES OF ISRAEL – France says Netanyahu, Gallant have immunity from ICC charges, won’t arrest them. *Times of Israel*. (27 November 2024).
 - 137 REUTERS – France declines to say whether it would arrest Putin under ICC warrant. *Reuters*. (28 November 2024).
 - 138 Highlighting these differences, AKANDE, Dapo – *International Law Immunities and the International Criminal Court*, in *The American Journal of International Law*, Vol. 98, No. 3 (July 2004), p. 417.
 - 139 MAGDY, Samy – Official: Sudan to hand over al-Bashir for genocide trial. *Associated Press*. (11 February 2020).
 - 140 DABANGA SUDAN – Sudan’s Forces for Freedom and Change: ‘Hand Al Bashir to ICC’.

- Dabanga Sudan*. (5 November 2019).
- 141 As he did previously when announcing visits to South Africa and Brazil
- 142 For this specific sentence, THUCYDIDES – History of the Peloponnesian War, Book 5, Chapter 89.
- 143 For the full account of this episode of the conflict, see THUCYDIDES – History of the Peloponnesian War, Book 5, Chapters 84 to 116.
- 144 THUCYDIDES – History of the Peloponnesian War, Book 5, Chapter 116.
- 145 WINIARCZYK, Marek – *Diagoras of Melos: A Contribution to the History of Ancient Atheism*, Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2016, p. 53.
- 146 MULLIGAN, Gerard – ‘Genocide in the Ancient World’, in World History Encyclopedia. Also classifying this episode as genocide, CROWE, David M. – *War Crimes, Genocide, and Justice: A Global History*, Springer, 2013, p. 8.
- 147 CRANE, Gregory – *Thucydides and the Ancient Simplicity: the limits of political realism*, University of California Press, 1998, p. 237.
- 148 Where it states: “The States Parties to this Statute (...) Determined to put an end to impunity for the perpetrators of these crimes and thereby to contribute to the prevention of such crimes”.
- 149 Which took place on 17 July 1998.
- 150 FISCHER, Lukas – The relationship between the African Union and the International Criminal Court – Is the ICC targeting Africa? *Africanlegalstudies.blog*. (9 September 2022).
- 151 The list of all convictions handed down by the ICC can be found at https://www.icc-cpi.int/cases?f%5B0%5D=accused_states_cases%3A358
- 152 Whether these be security considerations and/or economic needs
- 153 For example, on 6 February 2025, the President of the United States of America, Donald Trump, issued an executive order imposing sanctions on the ICC precisely because of the Court’s conduct regarding Benjamin Netanyahu and Yoav Gallant. THE WHITE HOUSE – Imposing Sanctions on the International Criminal Court. (6 February 2025).
- 154 For Mongolia, quite simply, the consequences of non-compliance were less severe than those of compliance.
- 155 Reference is made to the above regarding the French Government’s contradictory positions on the cases of Putin and Netanyahu.
- 156 It was established in the decade that saw the end of the Cold War.
- 157 For, as mentioned, one of the ways to extend the ICC’s jurisdiction is if the situation in question has been referred to it by the UN Security Council, as was the case with Omar Al-Bashir. However, in relation to Putin, as well as to another head of state with a seat on the UN Security Council, such a course of action would not work, due to these states’ right of veto over the UN Security Council, enshrined in Article 27(3) of the UN Charter. It may therefore be pertinent, for the purposes of international criminal justice, to review the right of veto of certain states over the UN Security Council